

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

PAULO HENRIQUE FERREIRA DE FREITAS

**A ANTROPOLOGIA ENTRE O LUSOTROPICALISMO E O ATLÂNTICO NEGRO:
DESCENTRAMENTOS ETNOGRÁFICOS NO COTIDIANO AFRICANO E
AFRO-DIÁSPORICO NA UNILAB CE**

**REDEÇÃO
2023**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

PAULO HENRIQUE FERREIRA DE FREITAS

**Monografia a ser apresentada e avaliada
como trabalho de conclusão de curso da
graduação do bacharelado em antropologia
da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
Orientador: Prof Dr. Segone N'Dagalila
Cossa.**

REDENÇÃO

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catálogo de Publicação na Fonte.

Freitas, Paulo Henrique Ferreira de.

F866a

A antropologia entre o Luso Tropicalismo e o Atlântico Negro:
Descentramentos etnográficos no cotidiano africano e afrodiaspórico
na UNILAB CE / Paulo Henrique Ferreira de Freitas. - Redenção,
2023.

57f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Segone N'Dangalila Cossa.

1. Antropologia - Educação. 2. Luso tropicalismo. 3. Atlântico negro. 4. Descolonização -
Diáspora negro africana. 5.
Racismo - Teorias. I. Título

CE/UF/Dsibiuni

CDD 128

PAULO HENRIQUE FERREIRA DE FREITAS

**A ANTROPOLOGIA ENTRE O LUSOTROPICALISMO E O ATLÂNTICO NEGRO:
DESCENTRAMENTOS ETNOGRÁFICOS NO COTIDIANO AFRICANO E
AFRO-DIÁSPORICO NA UNILAB CE**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Aprovada em: 11 / 12 / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Segone N'Dagalila Cossa (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profª. Dra Denise Ferreira da Costa Cruz
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr Carlos Subuhana
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

DEDICATÓRIA

À minha avó materna, Maria do Socorro Ferreira (*in memoriam*), a quem carrego seu sobrenome com muito orgulho e dedicação.

À minha mãe, Vanusa Ferreira, a quem sou grato pela projeção de todas as oportunidades que tive até aqui. Tudo é por nós porque só é possível por você.

Ao meu mais novo, Marcos Vinicius Ferreira, que cuidou e esteve junto de minha mãe quando morei em Redenção durante a graduação.

À minha ancestralidade, que me guia pelos seus caminhos, me permite falar, escutar e sentir a sua nobreza.

AGRADECIMENTOS

Às profas e profs negras, negros e africanos do bacharelado em antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva, Dr. Arilson Gomes dos Santos, Dr. Luis Tomás Domingos, Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz, Dr. Segone N'dagalila Cossa, Dr. Carlos Subuhana, Dra. Joanice Conceição, Dr. Abdoul Hadi Savadogo, a quem também estendo sinceros desejos de felicidade a Dra. Marina Pereira Melo, na qual não tive a oportunidade de compartilhar aprendizados em sala de aula.

Às profas e profs negras, negros, africanos e africanas do bacharelado em humanidades e dos grupos de pesquisas e extensão que participei, Dra. Matilde Ribeiro, Dra. Jacqueline Costa, Dra. Eliane Costa, Dra. Sarah Diogo, Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro, Dr. Itacir Luz, Dr. Ricardo Ossagô, Dr. Ricardino Bernardino, Dr. Lourenço Cardoso, Dr. Edson Holanda, Dr. Edson Borges.

Aos profs Dr. Fabio Figueiredo Baquero e Dra. Larissa de Oliveira e Gabarra, a quem contribui com o projeto de extensão Áfricas do Joá. Desde a institucionalidade aos estudos críticos sobre o continente africano e relações raciais no Brasil, as contribuições do capítulo 1 são desenvolvidas a partir de trabalhos realizados em disciplinas ministradas por eles.

À todas (os) intelectuais negras (os) que pude conversar, ouvir palestras e aulas abertas durante a formação na graduação em eventos acontecidos na UNILAB, cito alguns e algumas delas: Dra. Petronilha Ribeiro, Dr. Valter Silvério, Dra. Nilma Lino Gomes, Dr. Renato Nogueira, Dra. Conceição Evaristo, Dra. Paulina Chiziane, Dr. Cobra Mansa, Dr. Jean Bosco Kakozi. Durante o II Congresso de Pesquisadoras (es) Negras (os) do Nordeste (UFPB), entre muitas (os), a Dra. Nicéia Amauro, Prof Lepê Correia, Dra. Denise Botelho. No Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra (URCA/UFCA), destaco a escuta da Dra. Giovana Xavier, Dra. Vilma Reis, Dra. Vanda Machado. No Congresso Memórias do Baobá (UFC), a Dra. Sandra Haydée Petit, Mestre Nego Bispo e outras (os) e durante a defesa de doutorado da Profa Cristiane Sousa, pude ouvir e presenciar a encantadora sabedoria da Dra. Joselina da Silva e Dr. Amauri Mendes Pereira.

À todas (os) meus professores não negros do bacharelado em antropologia que também foram e são muito importantes nessa trajetória, os Drs. Rafael Antunes e Patrício Carneiro de Araújo, responsáveis pelo treinamento teórico e prático em antropologia / etnografia. A Dra. Caroline Leal Mendonça, responsável pela formação em estudos indigenistas. A Dra. Grazielle Dainese, pela formação diversa em relações sociais de gênero, famílias e parentescos. O Dr. Bruno Goulart, a Dra. Violeta Holanda e o Dr. Rhuan Carlos

Lopes, responsáveis pela formação em patrimônios culturais imateriais, materiais e arqueológicos. A Dra. Carla Susana Alem Abrantes, pela formação em estudos antropológicos políticos e transnacionais. Ao Dr. Lailson Ferreira da Silva, pela formação em estudos antropológicos com as populações e comunidades tradicionais e ecologia política. E por fim, e não menos importante, a Dra. Jacqueline de Brito Pólvora, a quem carrego imensos aprendizados em antropologia urbana e suas relações com os procedimentos adotados em minha pesquisa de mestrado.

Agradeço ainda aos meus colegas da graduação logo que uma turma fixa nunca foi possível, minha grande parceira de estudos antropológicos Vera Porto, Alex Hermes, Margarida Lima, Guilherme Vianna, Natividade Maria Beia, Fatumata Baldé, Jeovane Ferreira, Ibraim Mediy (mano Ibra), Lya Nogueira, Deybson Cavalcante, Gabriele Silvestre Tremembé, Dingana Paulo Faia Amona, Amanda Janice, Amanda Sousa, Ana Paula Braga e Harley Almeida.

Por fim, agradeço aos movimentos sociais negros que estive vinculado durante a graduação, em especial ao Movimento Negro Unificado na seção do Ceará. Aos seus e suas militantes que muito produziram consciência negra crítica e revolucionária dentro de mim e se estende não só nas práticas de combate ao racismo, como também na formulação de um pensamento negro que estrategicamente se coloca diante das mazelas produzidas pelo racismo em nosso cotidiano.

INICIAÇÃO (Epígrafe)

Observamos diante de todo o percurso de escrita desta monografia etnográfica a descrição desses encontros com maior precisão e possibilidade de interpretação através de pequenos excertos de análises e contribuições durante a pesquisa, desde suas relações sócio técnicas produzidas no ambiente a ser explorado (a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) até ao entendimento de uma Pluriversidade com extensões epistemológicas, afetivas e também políticas como nos ensina a Profa Dra. Vera Rodrigues.

Modupé!

RESUMO

Este ensaio etnográfico discute a relação entre dois projetos acadêmicos e políticos, o lusotropicalismo das escolas eugenistas e o Atlântico Negro nas contribuições de intelectuais negras/os. Dentro desse contexto de apresentação da lusofonia como marcador linguístico, político e cultural abordamos como as ideias de descolonização, diáspora negra africana e racismo aparecem como contribuições fundamentais de autoria negra e mobilização de redes acadêmicas e políticas em torno da intelectualidade negra. A UNILAB como lócus espacial desta pesquisa permite encarar essas relações opostas e diretamente conflitivas a partir de seu cotidiano e da produção de seus discursos acadêmicos científicos, além de se estabelecer através de uma proposta de uma formação em antropologia crítica e profissional.

PALAVRAS – CHAVE

Antropologia e educação; Lusotropicalismo; Atlântico Negro; Descolonização e diáspora negra Africana; teorias sobre o Racismo;

ABSTRACT

This ethnographic essay discusses the relationship between two academic projects, the lusotropicalism of the eugenicist schools and the Black Atlantic in the contributions of black intellectuals. Within this context of presenting Lusophony as a linguistic, political and cultural marker we approach how the ideas of decolonization, black African diaspora and racism appear as fundamental contributions of black authorship and mobilization of academic and political networks around the black intelligentsia. UNILAB as the spatial locus of this research makes it possible to face these opposite and directly conflicting relationships based on its daily life and the production of its scientific academic discourses, in addition to establishing itself through a proposal for training in critical and professional anthropology.

KEY - WORDS

Anthropology and education; Lusotropicalism; Black Atlantic; Decolonization and the Black and african diaspora; Theorys about racism.

Lista de figuras

Figura 1. “A descolonização é sempre um fenômeno violento”, FANON. Prof Dr. Carlos Subuhana.

Foto: Paulo Henrique Ferreira.

Figura 2. Poesia “nós somos atlânticos” escrita na oficina alteridade e literatura, ministrada pelo Prof. Arilson Gomes.

2019, Foto: Paulo Henrique Ferreira.

Figura 3. “Fragmentos de um diário”, debate sobre o texto de Ungulani Ba Ka Khosa.

Aula de África Pós Colonial Prof. Segone Cossa, 2019. Foto: Paulo Henrique Ferreira.

Figura 4. “Notas de aula”, debate sobre a dissertação de mestrado de Segone Cossa.

Aula de África Pós Colonial Prof. Segone Cossa, 2019. Foto: Paulo Henrique Ferreira.

Figura 5. Curso de pedagogia do corpo metafórico. Prof Gerson Moreno; NEAAB, 2015.

Figura 6. Aula sobre musicalidades e cuidados com Tambor. Fabio Santana, UNILAB, 2017.

Figura 7. Profa Petronilha Gonçalves, UNILAB, s/d.

Figura 8. Profa Conceição Evaristo, no evento Pretas na UNILAB. 2018.

Figura 9. Profa Joselina da Silva na defesa da tese de doutorado da Profa Cris Souza. IFCE, 2018.

Figura 10. Prof Amauri Mendes Pereira na defesa da tese de doutorado da Profa Cris Souza. IFCE, 2018.

Figura 11. Mestre Nego Bispo. Seminário colonização e quilombos. UNILAB, 2019.

Figura 12. Mesa de abertura do I Encontro de estudantes Negras/os da UNILAB. 2018.

Figura 13. Delegadas/os da UNILAB na Conferência de Políticas Públicas para Igualdade Racial. Eusébio, 2018.

Figura 14. Encontro Nacional de Estudantes Negros/as da UNE. Salvador, 2017.

Figura 15. Encontro Nacional de Estudantes Negros/as da UNE. Salvador, 2017.

Figura 16. Mesa Universidade e Diversidade no Seminário de Ambientação Acadêmica. UNILAB, 2019.

Figura 17. Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste. João Pessoa, 2019.

Figura 18. Profa Eliane Costa no Fórum Social Mundial, Salvador, 2019.

Figura 19. Paula Lino, Diretora de Igualdade Racial UNILAB BA; Paulo Henrique, Diretor de Igualdade Racial UNILAB CE; Janica, Diretora Geral DCE BA. Fórum Social Mundial, Lauro de Freitas, 2019.

Figura 20. Reunião sobre políticas de ações afirmativas para quilombolas e indígenas. UNILAB, 2018.

Figura 21. Formação do Coletivo de Estudantes Quilombolas da UNILAB, UNIQ. Acarape, 2020.

Figuras 22, 23, 24 e 25. Diários de campo das aulas de África Pós Colonial. Prof Segone Cossa. UNILAB, 2020.

Resumo	9
Lista de figuras	11
Introdução	14
Capítulo 1 Um projeto colonial e a raça	
Rotas de fuga ao luso tropicalismo no atlântico negro	20
1.1 Lusotropicalismo e o branqueamento da mestiçagem em países lusófonos	23
1.2 Intelectualidade negra no Atlântico Negro tecendo críticas ao luso tropicalismo	26
Capítulo 2 Descentramentos etnográficos	
descolonização dos sentidos em um cotidiano africano e afrodiásporico	29
2.1 Técnicas e teorias de espaços de ensino-aprendizagem antropológica	31
2.2 O afro-atlântico contra lusotropicalista: Antropologias na Universidade da “Integração Internacional da Lusofonia” x Afro-Brasileira	33
Capítulo 3 Corpos negros e autorepresentação	
Breves diálogos sobre a docência e saberes negros	37
Considerações finais	55
Referências bibliográficas	57

INTRODUÇÃO

Os encontros possibilitam a fruição daquilo que se costuma chamar por eventos. Esta monografia no entanto abordará uma sequência de eventos interligados e emaranhados em si na produção de uma cartografia da episteme e do afeto. Partindo do lugar e da posicionalidade de antropólogas/os negras/os que vêm construindo muito mais que técnicas sólidas e puras, mas sensibilidades de seus vários e possíveis sistemas de interpretação da vida e do cotidiano.

Eventos críticos de toda uma literatura referenciada em autores e antropólogos que notoriamente alcançaram seus títulos e outorgas de cânones. Os encontros, entretanto, também desnudam conflitos. Embora seja possível hoje escolher percursos próprios, é quase que intimidante não trazer questões importantes para o difícil processo de estabelecimento de novas agendas de pesquisas, de novas posturas de pesquisas e de novas pesquisas.

Parto então do que Frantz Fanon (1969, p. 18) chamou por zonas de violência, em que “a zona habitada pelo colonizado não é complementar da zona habitada pelo colono”. Não partimos então do mesmo lugar, ao mesmo tempo e nem possuímos o mesmo corpo. Trago aqui o corpo já para que seja possível a introdução da corporalidade como fundamental para a produção da diferença aqui trabalhada.

Os conflitos questionam então a necessidade de rupturas por novos estabelecimentos. Iniciarei no entanto, pelo início. Onde talvez esse começo não seja exatamente dentro de um recorte projetado de tempo, logo que analisarei os encontros promovidos e produzidos durante a graduação em antropologia na UNILAB.

Crescendo em uma comunidade recém habitada e construída não por agentes coloniais reconhecidos pela literatura, o Estado, mas por moradores comuns e já chamados por marginais desde o seu estabelecimento. Corria pelas ruas de dia e de noite em busca da liberdade que sempre se podia alcançar, sonhei com os mesmos sonhos dos meus colegas de mesma idade e mesmo endereço, às vezes o corpo até eram diferentes e isso já mostravam as primeiras barreiras da liberdade.

Os colonizados não são bem nascidos. Eles vão em busca durante toda a sua vida não estabelecida de se estabelecer. É tranquilamente possível no entanto afirmar aqui que a antropologia que se enclausurou nos departamentos de produção de conhecimento e pesquisa se distanciou de quem ela mais buscava explorar. Correndo como sempre, chegamos nós às Universidade sem saber o que é antropologia, o que fazem os antropólogos e tampouco como se produz etnografias.

Para a grande maioria que se estabelece em territórios de favelas no Brasil, a urgência e as prioridades com certeza não é produzir pensamento crítico ao capitalismo e muito menos ao colonialismo, logo que são essas zonas que são *terras condenadas*. Na primeira pessoa eu digo, eu sou um condenado pela minha terra. Não porque ligeiramente entendo que a convivência com diversos tipos de desigualdades sociais produzam condenados, mas porque no limite de quem se distancia de suas responsabilidades e riquezas produzem terras condenadas, sujeitos condenados.

Estaria eu afirmando a responsabilidade de que a antropologia é uma ciência cúmplice das desigualdades sociais, raciais, de gênero, ambientais e tantas outras? Bem, acredito que para isso se desenvolver precisaremos de mais tempo para pensar e afirmar. Mas neste momento de reflexão, em primeira pessoa novamente afirmo que sim.

Voltemos aos grandes aventureiros e seus principais intérpretes de cadernos de campo e de relatórios de viagens, é evidente que suas relações eram produzidas em sistemas de beneficiamento familiares e de trocas simétricas entre si desde o início. A busca pela então modernidade e em seguida pós-modernidade, estava declarada dentro de seus lares que então se estendiam às Universidades e Institutos de Pesquisas que passavam a trabalhar.

Em comparação com grupos marcados racialmente, questiono, onde estão as 6^o gerações antepassadas de antropológas/os negros? Certamente, essa é uma pergunta daquelas que muitos anos de pesquisa não conseguiriam responder e também porque mesmo não sendo uma questão retórica se estabelece como contradição central na formação de novas gerações de antropólogos e antropológas.

Quando chegamos as Universidades sabemos do déficit educacional que carregamos em relação aos nossos colegas *bem nascidos*. Essas zonas não separam apenas as questões de ascensão em termos de produção e de estabelecimento, mas também em situações de circulação e de possibilidade.

Somente através da criação insistente de futurismos e invenções contra coloniais podem se estabelecer diálogos aqui que sejam de alguma forma honestos e simétricos. A criatividade e a beleza tomam então lugares estabelecidos para a enunciação deste conflito iniciante há pouquíssimo tempo na antropologia feita no Brasil. É possível que terras condenadas sejam lugares de produção de riqueza de outras ordens que não as dos colonos e de seus senhores.

São muitas as criações de comunidades negras espelhadas nesse imenso diálogo, percorremos no entanto alguns deles a fim de se estabelecer como as relações de ensino - aprendizagem vem se dando dentro de um departamento específico.

Aqui compreendemos a formação antropológica na UNILAB do estado do Ceará como um criativo e crítico curso de graduação que aborda de maneira exemplar a questão das relações raciais no Brasil, que possibilita abordagens complementares e interdisciplinares a partir das relações com a educação, história, literatura e política social.

Ancorado nas políticas pedagógicas dessa graduação, desenvolvemos as suas duas principais características de repertório crítico (componentes curriculares e docentes) à perspectiva profissional do antropólogo e da antropóloga. Para tanto, essa monografia se desenvolve em três capítulos, sendo subdivididos em diálogo ao que se estabelece no lugar da crítica e da formação profissional em antropologia.

O primeiro capítulo é uma discussão em torno da compreensão do projeto colonial e da ideia de raça estabelecida em países africanos de língua oficial portuguesa e no Brasil. Discutimos sobre o surgimento das escolas luso-tropicalistas e a política científica da eugênia. Perpassando também pelos estudos sobre o negro no Brasil, que se dão em relações acrílicas e profundamente marcados por interpretações ingênuas.

No segundo capítulo e terceiro capítulo se apresentam reflexões etnográficas por meio da escrita e da visualidade sobre encontros que possibilitaram a própria concepção desta monografia. Especificamente no segundo capítulo, adentramos um contexto internacional e regional (global / local) que é uma velha discussão dentro da disciplina, se estabelece *contatos* possíveis entre os estudos africanos e africanistas até a concepção das diásporas negro africanas no Brasil, com especificidade no Ceará.

Especificamente no terceiro capítulo abordamos a docência negra e os saberes e seus modos de fazer, ver, interagir e sentir num cotidiano mais amplo, através de cartografias sensíveis vemos as extensões de um projeto político e acadêmico que se coloca para além das salas de aulas e dos seminários avançados mas que se emaranha entre espaços, vivências e compartilhamento de saberes de diferentes modos e técnicas.

Por emaranhados processos efêmeros de subjetivação consideravelmente críticos que contribuem para reflexão e ação da teoria antropológica e etnográfica, considerando as diversas compreensões sobre as relações raciais de poder e de uma política de eugenia e de supremacia branca. Como são possíveis movimentos que desloquem a única ou hegemônica *modo de ver, de sentir, de tocar, de ouvir, de interpretar etc.?*

Antes mesmo que obtivéssemos um período de expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em antropologia, como a possibilidade de criação de 10 (dez) cursos de graduação em antropologia no Brasil nos últimos 20 anos. Possibilitando a ampliação da formação profissional e acadêmica no Brasil em antropologia, baseadas na premissa teoria

antropológica moderna, esses cursos refletem diretamente suas formações pedagógicas e as demandas regionais que passam a ser identificadas e contribuir para a continuidade de diversos temas de trabalho.

São formações transnacionais e ao mesmo tempo localizadas por uma regionalidade ou um território político que determina algumas prioridades. Essas são questões demarcadas pela necessidade de abordagem para maior compreensão e de possibilidade de contato e aproximação tanto em um contexto referencialmente territorial, Maciço de Baturité e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), Comunidades Quilombolas, Comunidades de Povos Indígenas, Povos Ciganos e outras (os) Populações de Comunidades Tradicionais (PCTs).

Certamente a observação sobre o espaço desta pesquisa, a Universidade, reflete em um amplo caminho que vem sendo percorrido por pesquisadores/as negras e indígenas que denota um maior interesse em compreender suas próprias demandas com urgência na produção de suas relações de sociabilidades, tanto do pensamento crítico como do desenvolvimento de habilidades referentes antropologia e sua institucionalidade.

O espaço, seus espaços e seus repertórios de lugares são no entanto, construídos a partir de percepções individuais e coletivas dentro de um magnetismo de agendas e prioridades políticas. Para além do espaço, cabe afirmar que retornar uma escrita a partir de uma experiência que dura mais de 4 (quatro) anos é profundamente desafiante.

Essa localização distingue-se diretamente na sua relação com as demandas das populações presentes na Universidade, em que estão registradas suas contribuições teóricas e políticas que coordenaram o estabelecimento de novas epistemes e pensamentos sobre a racialização da teoria antropológica.

Um tempo necessário para que possamos perceber tais contribuições de circulação e difusão do pensamento negro, africano, originário seria longo demais, porém é possível que se destaquem processos de transformação que incorporem um *ethos revolucionário*. Sabemos que a duração cronológica ou a carga horária de uma graduação não define toda uma possibilidade de trajetórias sejam elas acadêmicas ou não. Mas aqui *o tempo da graduação* toma o lugar do tempo, marcador não cronológico mas circular seguindo a afirmação da pesquisadora Leda Maria Martins.

Esses dois marcadores fundamentais que sinalizam a posição no espaço e no tempo, fundem-se constantemente nas corporalidades que enunciam as suas relações. Portanto, essas são corporalidades diversas que embora se desdobram em muitas divergências ainda possuem convergências. São corpos negros retintos e não retintos, corpos brancos, e corpos que estão

para além da cor de seus corpos, que possuem seus próprios lugares de pertencimento e que recriam em outro lugar suas lógicas de pertencer e despertencer.

A *formação das redes afetivas, teóricas e políticas*¹ ou os circuitos negros (DIAS, 2021. p . 3) que será o conceito utilizado aqui, se dá em redes interligadas entre discentes e docentes negras/os e as estratégias e ações que se utilizam para evidenciar novas posturas intelectuais presentes no âmbito das buscas por contribuições intelectuais de negras/os.

Pude perceber essas relações de alguns diferentes pontos de vista durante esse *tempo da graduação*, estando como bolsista de extensão universitária, participado de coletivos estudantis e negros, participado de grupos de pesquisa, diretor de igualdade racial do Diretório Central Estudantil como também responsável por escrever e deliberar sobre seu estatuto de fundação, representante discente do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e tantas outras coisas e ainda assim quase sempre retornando aos finais de semana para Fortaleza de carona com professores e de transporte público, que torna esses encontros sempre mais fluidos e com distintas e muitas vezes irônicas características.

Cabe enfatizar que, como exercício de reflexão etnográfica e crítica de uma experiência de ensino aprendizagem é muito importante que se estabeleça a noção revolucionária, porque não há outra palavra, de que existe um curso de graduação em que sua institucionalidade é paritariamente organizada.

Sendo então, um curso que oferece 50% (cinquenta por cento) de seu corpo docente preenchidos por professores negros e negras, africanos e brasileiros, homens e mulheres. E também equitativamente diferenciado em seu corpo docente pelas *mulheridades*, observando a mesma porcentagem de racialização de seu corpo. Um dado exemplar para a desnaturalização de controles hegemônicos de poder, em um processo alternativo de priorização e de coletivização do pensamento e da prática antropológica.

Aqui no entanto, podemos destacar que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos componentes curriculares são socialmente referenciados a partir de processos de racialização. Tomando não por base romântica ou essencialista sob ciência da iminente possibilidade perigosa de relativização harmoniosa das relações raciais produzidas em qualquer um de seus contextos, mesmo sendo que ainda hoje permanecem escassas antropólogas (os) negras (os) nas ementas de teoria antropológica.

¹ Considero importante enfatizar que essa ideia é uma contribuição de Vera Rodrigues. Sendo que boa parte do tempo desta pesquisa, sendo nas 4 (quatro) componentes curriculares em que estive como discente, seja nos diálogos indisciplinados, seja nas instâncias de participação social e de decisão institucional, pude apreender e interagir.

Portanto, consideramos aqui que as perspectivas negras (contra - coloniais) deixam diversas contribuições teóricas etnográficas para elaborações coletivas arraigadas de processos de conflitos e de coexistências interdisciplinares, transnacionais e atlânticas.

CAPÍTULO 1

Um projeto colonial e a raça: Rotas de fuga ao luso tropicalismo no atlântico negro

Quem somos nós?
é o preto, gueto, ketu, irmandade, confraria
Junção de grato, WOOW! mais que visual parceria
lusofonia revitalizada, fio da navalha afiada
trilhas cantadas por filhos e filhas da casa
cabos, traços, pedaços, rascunhos
heranças, lembranças, próprios punhos
tudo que o feitor, senhor da dor não contava
séculos depois, alforria tão sonhada alcançada
na rede embalava mamãe,
paçoca alimentava papai
preto balança mais não cai
vai que vai, vai que vai
o rap reconta história
o rap refresca memória
separados pelo atlântico
unidos por trincheiras
A.Se.Front, África sem fronteiras
Quem somos nós?
somos a afro-diáspora, a sobra da pangéia²

Em meados de 2015 no ano de meu 18º (décimo oitavo) aniversário, idade que no Brasil divide as estatísticas de expectativas de vida entre jovens negros e brancos, sendo que para jovens negros a possibilidade seja bem menor para alcançá-la ainda vivo, ingresso na Universidade pública brasileira. Estabeleci ali na cidade de Redenção que fica cerca de 64 km de distância da favela do Pantanal na cidade de Fortaleza, onde nasci e cresci junto de meus familiares e vizinhos.

As outras expectativas também não eram grandes e muito ambiciosas. Um tanto perdido e desconstruído devido às dificuldades das escolhas de seguir um caminho até então não planejado. Insistindo sim, porém com pouca fé. Chegando então nesse lugar, iniciei as várias descobertas na vida. Há de se considerar que na vida de um jovem negro todo dia é inédito, não pela cronologia do tempo que contam os dias mas pela não interrupção de sua trajetória.

Acredito que o fracasso nos vestibulares para o curso de psicologia na Universidade Estadual do Ceará e mesmo a não opção pelo curso de Ciências Sociais contribuíram para o momento desta monografia. Jovem iniciante na vida universitária, conheci de cara as discussões em torno do sistema escravista e das sociedades escravocratas, não por meio de

² KPIVARA, Dimas; A.SE.FRONT. Quem somos nós. GOG; Higor Melo (Prod.). Acessado em: <https://open.spotify.com/track/4lFj7pc5hN1tVdf37wVc2?si=2a0e9b8cbc90411b>. Acesso em: 04/2023.

uma ótica em que o negro - e o indígena - tornam-se sujeitos passivos e acríticos de sua história, mas que este se insere e reescreve suas próprias narrativas.

Algo não tão relevante mas que marca esse período talvez seja de cara a primeira apresentação de seminário acadêmico logo na segunda semana de aula, em que junto aos colegas Vanweyne, Éder Jordan, Piter Kaká e João Neto apresentamos uma obra de Claude Melassouix, antropologia da escravidão: ventre de ferro e de fogo, em que o autor apresenta como as relações de parentesco e comerciais sustentavam as bases do sistema escravista.

Na época satisfeito com o valor atribuído a apresentação já estava ciente das dificuldades de compreender os efeitos e as relações do pensamento científico e crítico. Não sabia de onde vinham as palavras antropologia e tampouco do que se tratavam as relações de parentesco. Retomando esta leitura nos últimos dias de escrita, dividi-me ao sentimento de nostalgia e de vingança, hoje entendo completamente os argumentos e os conceitos deste livro.

A relação produzida pelos circuitos no movimento social negro, expressam uma aproximação que gerou muitos desafios, considero também que naquela altura não tinha nenhuma dimensão disso. Estar imerso em atividades acadêmicas e políticas estavam então em complementaridade, visto que como jovem iniciante também na luta política negra muitos dos pensamentos divergiam quase sempre.

A postura crítica em relação tanto aos modos como se discutiam as teorias mas também de como se fundamentava questões caras e importantes em relação a processos de coisificação e reificação das histórias relatadas sobre o negro no Brasil e nos países de língua oficial portuguesa. Essa *consciência* possui um lugar num modo de pensar a sociedade brasileira que ainda encontra muitos obstáculos ao seu desenvolvimento.

É a partir dessa continuação entre esses dois lugares que acabam por emergir quase todas as questões de pesquisa, campos de interesse e de atuação. Como lugar da crítica é possível perceber que mesmo em laços e relações de afetos são mediados por variados marcadores. Então, embora considere que a UNILAB é um lugar propício para elaboração de um amplo e vasto território de afirmação política e epistemológica, mas que não se encerra entre essas duas dimensões.

O cotidiano e seus acontecimentos diários são fundamentais para que se elabore suas críticas, tanto o cotidiano institucional quanto pessoal. Como dito anteriormente, são muitos cenários projetados para análises profundas e rotineiras. Como lugar de alteridades radicais, a Universidade vem sendo tomada como tema de muitas pesquisas recentes, sejam sobre as

ações afirmativas, as políticas de reparação epistêmica, seus circuitos de circulação do pensamento e seus conflitos.

Em um contexto transcultural e interdisciplinar são defendidas quase que cotidianamente rupturas com o saber colonial e disciplinar do projeto colonial da Universidade. Embora quase sempre os seus próprios limites sejam elencados como principal interruptor de tais rupturas. É no entanto, através da desenvoltura de cada discente e de suas próprias possibilidades de desenvolvimento de suas habilidades acadêmicas, políticas e profissionais que podemos celebrar rupturas e mesmo continuar imerso nos princípios ocidentais da ciência dita moderna.

Para Carlos Moore, a concretude do racismo se dá dentro de uma mundialização da hegemonia ocidental em que a “modernidade teve sua gestação no bojo da maior explosão de violência e horror que a humanidade conhecerá até então, consequência da expansão além mar, das potências europeias” (2010, p. 8-9). Romper com sistemas de violências raciais, embora não apenas raciais, demandam no entanto atitudes tanto locais quanto globais.

Dentro dessa perspectiva, cabe enfatizar a contribuição deixada por Paul Gilroy que define o atlântico negro como o além mar dentro de um sistema geopolítico de criação transcultural (GILROY, 2001). Definindo então este primeiro ponto de contato, abordaremos como as questões atravessam o campo de construção de diálogos que mediam ações e reflexões no cotidiano aplicado há um contexto de múltiplas identidades raciais e étnicas no espaço, no tempo e no corpo.

Tomaremos então o luso tropicalismo gilberto freyriano e a lusofonia como projeto racial de branqueamento da linguagem e de poder em contraposição ao ajunte recriado no atlântico negro. Luso tropicalismo e lusofonia como projeto colonial, como definido *raça* e *racismo* por Carlos Moore “não negros em uma metaconsciência totalizadora, definidora do humano em termos puramente tautológicos, maniqueístas e essencialistas, como fruto de uma metavisão hegemônica” (2001, p . 10). A linguagem que mesmo estabelecendo seus pontos de contatos continuam a estabelecer suas próprias regras de dominação e de classificação dos sujeitos e das subjetividades.

Para tanto, discutiremos como a ideia do lusotropicalismo e de lusofonia estabelecem uma possibilidade de interpretação relacional ao racismo à brasileira, que é discutido por diversos intelectuais negros e não negros. Por meio da ideia do branqueamento desenvolvido por Abdias Nascimento (2016), como método de genocídio cultural dos povos africanos e afro-diáspóricos tanto no Caribe como nas Américas podemos discorrer então de uma sólida crítica ao pensamento ocidental branco.

1.1 lusotropicalismo e o branqueamento da mestiçagem em países lusófonos

A ideia empreendida por Gilberto Freyre de que negros, brancos e indígenas viviam em harmonia no Brasil dá origem há uma ideia posterior colocada pelo antropólogo branco Roberto DaMatta em que se chamou de *democracia racial*, onde ele explica a teoria de Gilberto Freyre por outro ângulo, através de um produto de relativização cultural dos sistemas onde todas as raças viveriam em harmonia.

Embora esse não possa ser aplicado como único modelo de sociabilidades vividas durante o período escravista, a escravidão no Brasil tornou-se uma economia muito produtiva. Essa teoria se desenvolveu no Brasil por volta de 1930-1940, onde Freyre (2003, p. 65) afirma em seu livro mais conhecido, *Casa grande e senzala*, que, no Brasil existiria uma instituição escravocrata, híbrida e que possuía uma ideia de harmonia racial:

Formou-se na América tropical [Brasil] uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de [indígenas] – e mais tarde de negros/as- na composição. Sociedade que se desenvolveria menos pela ideia de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política.

Sabemos no entanto que trata-se de teoria em desuso, porque o que se desenvolveu no Brasil não possuiu características de relação harmoniosa, mas conflitos profundamente marcados por ideias eugenistas com pseudo cientificismo biológico e psicológico. A harmonia em contraposição ao desnudamento desses conflitos põe em oposição direta a democracia racial ao que convencionalmente foi chamado de *racismo à brasileira* pela antropóloga Lélia Gonzalez.

O homem branco (luso) segundo Gilberto Freyre foram os únicos a acertarem na colonização de novos povos e continentes. Freyre defendeu a ideia de que todos os outros europeus fracassaram em seus processos de colonização, e que somente os portugueses conseguiram criar ambientes onde os povos que já habitavam nas terras possuídas por Portugal durante o período de colonização foram harmoniosamente aceitos por portugueses e que até criaram e fizeram parte de suas colônias.

O intelectual José Maria Nunes Pereira relata um depoimento de GF sobre a sua apreensão pelo governo português, “A mim basta o fato de ser um governo honrado, intransigentemente honesto como é para eu aceitar dele uma homenagem que é antes nacional que oficial” (FREYRE *apud* PEREIRA, 1953). A teoria luso tropicalista de Gilberto Freyre se desenvolveu justamente por todas as afeições que Freyre mantinha com Portugal, ele dizia que o governo português desenvolvia de forma bem acertada relações pacíficas e

harmoniosas com os povos que já habitavam as terras ultramarinas que portugueses viriam a possuir e implantar um processo de colonização.

Roberto DaMatta descreve a teoria de Freyre como a maior responsável por definir a cara do racismo no Brasil, “racismo à brasileira”. O mito das três raças toma toda essa responsabilidade, pois segundo DaMatta o Brasil precisaria de um embasamento intelectual para assegurar cientificamente esse racismo brasileiro.

É na pseudo intelectualidade do século XIX e XX que se buscam as teorias eugenistas da medicina e do direito francês. O cientista Gobineau, afirmava que o cruzamento ou hibridismo entre negros/as, indígenas e brancos/as criariam uma espécie diferenciada e indesejada, “A sociedade brasileira era inviável porque possuía enorme população ‘mestiça’, produto indesejado e híbrido do cruzamento de brancos, negros e [indígenas], tomados por esses cientistas como espécie diferenciadas” (DAMATTA, 2000, p . 70-71).

Gobineau mostra como se deu essa construção biológica/intelectual do racismo no Brasil, onde a hibridização ou mestiçagem se derivava de relacionamentos entre negros/as, brancos/as e indígenas.

Roberto DaMatta também afirma que a construção ideológica do racismo à brasileira se fundou a partir dos interesses da igreja e do império. O catolicismo formalista, fundado nas igrejas católicas portuguesas era o que dava direito aos portugueses de escravizar indígenas e negros/as em terras brasileiras, “Tal legitimação estava fundada numa poderosa junção de interesses religiosos, políticos e comerciais, numa ligadura que era ao mesmo tempo moral, econômica, política e social que tendia a mexer-se como uma totalidade” (DAMATTA, 2000, p. 63-64).

A Coroa portuguesa legitimava os seus interesses econômicos, civilizatórios, políticos etc. através da religião, da política e de seus próprios interesses econômicos. Através dessa legitimação, a Coroa que era a cabeça da hierarquia moderna do sistema colonial brasileiro poderia utilizar se de quaisquer métodos de exploração de mão de obra escrava e constituir suas próprias leis universalizadas e generalizadas em todo o Brasil colonial.

O racismo à brasileira se caracterizava em um triângulo de raças em que os brancos estariam representados pelos donos de terra, a igreja e os reis, seriam, portanto a junção do império com a religião. Por outro lado, se encontrariam os negros/as que viriam de outro continente como mercadoria proveniente de um mercantilismo racista que investiriam em um mercado bastante lucrativo e desumano.

Também estariam os indígenas neste triângulo, que não vieram de lugar nenhum, mas que já se encontrava naquela terra, mas devido a colonização do Império português e da

religião católica portuguesa foram “civilizados” e submetidos a uma condição de vida também nada favorável. A escravidão no Brasil deu origem há um racismo que é a cara do Brasil.

Joana Gorjão Henriques através da série que identifica o racismo em todos os países que falam a língua portuguesa percebeu um caso semelhante ao do Brasil, o “racismo de Cabo Verde”. O mito da mestiçagem em Cabo Verde possui quase a mesma fundamentação e teoria que o mito das três raças no Brasil.

Esse racismo também deriva de uma teoria de Gilberto Freyre que ficou conhecida como “O mito da mestiçagem”. Em Cabo Verde criaram diversas ideias de que o negro era um ser diminuto na sociedade e que os mestiços, que se originavam dos cruzamentos entre negros africanos e brancos europeus, eram negros privilegiados porque não eram totalmente pretos. A partir dessa concepção de ideias, diversas formas de racismo foram alavancadas em Cabo Verde.

A negação dos cabo-verdianos em se auto declararem africanos torna essa forma de racismo nitidamente visível (GORJÃO, 2015, s/p):

“Cabo Verde não é África, os cabo-verdianos são “pretos especiais” e os mais próximos de Portugal. É o país da mestiçagem, a “prova” da “harmonia racial” do luso-tropicalismo. Durante anos esta foi a narrativa dominante. Ser ou não ser africano ainda continua como ponto de interrogação”.

Joana Henriques Gorjão aborda casos muito interessantes em sua pesquisa que acabam por explicitar a construção determinista imposta pelos trabalhos de Gilberto Freyre. Percebe-se que a cada entrevista casos distintos de racismo e formas de vivenciar o continente africano surgem. Jorge Andrade, por exemplo, fala apenas a língua crioula como forma de reconhecer a sua africanidade. Edson Liver tatuou o mapa da África no braço para que todos saibam que ele tem orgulho de ser africano.

Porém, nem sempre é assim. Casos muito constantes de racismo acabam aparecendo durante a pesquisa de Joana, como a menina que usa um espelho quando sai no sol para controlar a sua cor. Essas atitudes se veem demais no campo da construção da ideia da mestiçagem cabo-verdiana. Muitos cabo-verdianos acreditam que ser mestiço (os que possuem a pele mais clara) é serem pretos especiais, é possuírem fatores biológicos superiores aos que possuem a pele mais escura.

Criou-se uma espécie de tabela de cor em cabo verde na qual a teoria de Gilberto Freyre atua como principal baliza. De maneira geral o cabo-verdiano se preocupa em não ser preto, para não ser chamado de africano. Pois há uma recusa enorme ao continente africano

resultado da interpretação social que a teoria da mestiçagem de Gilberto Freyre fornece para a sociedade. Essa é a cara do racismo em Cabo Verde.

Roberto Damatta critica o ‘determinismo’ utilizado por Freyre, esse que daria origem a algo que ele denomina de racismo à brasileira, esse racismo floresceu tanto nos estudos acadêmicos quanto cresceu substantivamente no senso comum. A proposta de Freyre ao colocar o negro e o indígena no Brasil como seres que possuíam uma igualdade política e social no mesmo nível que o homem branco falhou.

Não funcionou, porque não se houve um processo de democracia entre as raças construtoras da miscigenação brasileira no processo de formação do próprio estado brasileiro, e sim, houve uma grande exploração de mão de obra escravizada de povos que até hoje são considerados os donos daquela terra invadida e dos povos que foram trazidos de várias partes do continente africano.

Não houve nenhum processo de democratização de direitos no Brasil, nem mesmo após a abolição do sistema de escravização. Caracterizando assim, uma recusa muito forte aos negros/as que segundo entre outros autores, Gobineau coloca com a sua ideia determinista, e muito visível a falha da proposta de Gilberto Freyre, onde se propôs colocar as três raças em um sistema democrático.

1.2 Intelectualidade negra no atlântico negro: uma crítica ao luso tropicalismo

Em contraposição aos desdobramentos quase irreversíveis dessas teorias difundidas, identificamos desde sua publicação posições conflitantes, que abordam por outro ponto de vista as noções próprias da suposta harmonia entre os países que foram colonizados pela coroa portuguesa através do além mar.

O intelectual cabo verdiano, Mário de Andrade, criticou bastante as teorias construídas por Freyre no sentido de denunciar que a segregação estabelecida nas colônias portuguesas na África pelo governo português foi desumana e criticou a fragilidade do governo português ao se estabelecer meios radicais para assegurar seus privilégios (ANDRADE, *apud* PEREIRA, s/d):

“Segregação e assimilação são formas políticas através das quais a colonização garante os seus privilégios contra a legítima vitalidade dos povos colonizados”. Trata-se de manter uma barreira entre os níveis de vida das duas populações e de evitar que a direção político-econômica seja disputada contra o europeu.

Não há nenhum indício de passividade na recepção das ideias eugenistas e reificantes da ciência difusionista no século XX. O intelectual José Maria Pereira Nunes também defendeu as ideias de Mário Andrade, criticando o escritor pernambucano recusando a teoria luso-tropicalista de Freyre.

Para Pereira Nunes a teoria não explica a formação social do Brasil e não garante consistência crítica em relação ao processo de colonização dos países africanos pelo governo português, ele afirma “o luso tropicalismo não é válido para explicar a formação do Brasil e é inteiramente falso para as circunstâncias do colonialismo português na África” (PEREIRA, s/d). Há uma recusa aos trabalhos de Gilberto Freyre por vários escritores e pesquisadores, entre eles estão o próprio DaMatta, Nunes Pereira e Mário de Andrade que foi o primeiro a criticar a teoria luso-tropicalista de Freyre no continente africano.

O sistema escravista imposto por Portugal principalmente no Brasil foi um processo com viés racista e desumanizador. Até hoje vivemos em um modelo social que as ideias racistas do século XX no Brasil ainda são utilizadas para oprimir pessoas negras, e muitas ideias citadas por DaMatta, ainda hoje são creditadas como fatos sociais. Por exemplo, mesmo que não consiga ser provado que o africano obrigatoriamente machuca uma mulher na relação sexual, a reprodução desse conhecimento pelo senso comum, continua a se reproduzir em vários locais, até mesmo em espaços acadêmicos.

A teoria lusa tropicalista de Freyre, portanto, não aborda de forma completa as questões étnico-raciais, durante o período que ele mesmo caracterizou como escravocrata e híbrida, tanto no Brasil como nos países lusófonos africanos, principalmente Cabo Verde.

Essas ideias de sociabilidades marcadas por uma noção harmoniosa em que o conflito era inexistente, dá origem a dois grandes mitos que são desenvolvidos através do modelo de colonização portuguesa, são o mito das três raças no Brasil e o mito da mestiçagem em Cabo Verde.

Para os dois mitos teceu o intelectual congolês Kabengele Munanga com a ideia de racismo, que se constrói por meio de uma raciologia ideológica, onde (MUNANGA, s/d, p. 6):

“Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais”.

Seriam no entanto, a hibridização uma criação racial que amenizaria a negritude dentro de um processo violento de branqueamento. Essa harmonia no entanto pode ser visualizada a partir desse lócus interpretativo como uma possibilidade não humana ou desumana em que o negro era submetido em uma esquizofrenia da brancura.

Há um processo de extrema violência que o intelectual negro Abdias Nascimento (2016) descreveu como *mancha negra*. Consistiu em sistemáticos estupros de mulheres

negras cometidos por homens brancos portugueses e era utilizado como ferramenta legítima de colonização.

Esse processo de mulatização ou mestiçagem era mais uma característica de violência do modelo de colonização portuguesa. Na medida em que a crença de que quanto menos escura fossem as peles dos e das africanos e africanos mais próximos da Redenção eles estariam, essas violências eram cometidas no cotidiano de pessoas negras.

A reificação ou a transformação dessas pessoas em mercadorias podem colocá los diante de uma representação de subordinação e de subalternidade quase que inescapável, entretanto a partir de concepções críticas dentro desses processos de colonização é possível distinguir as estratégias utilizadas tanto pelos colonizadores quanto pelos colonizados.

Portanto, é através das elaborações e interpretações do cotidiano desses sujeitos por intelectuais negras e negros que possibilitamos que novas interpretações desses processos sejam evidentes e visíveis. A lógica da subalternidade então abre espaço para processos de resistências e de liberdade no cotidiano do sujeito africano tanto no Brasil quanto em Cabo Verde.

Essas lógicas são vivenciadas séculos depois em clima não de violência e possibilitadas por intelectuais negros e negras e africanos, em seguida trataremos do cotidiano compartilhado em um local de produção de conhecimento. Um local que evidencia o fracasso das ideias eugenistas e racistas de Gilberto Freyre e da branquitude brasileira.

CAPÍTULO 2

Descenramentos etnográficos: descolonização dos sentidos em um cotidiano africano e afrodiásporico

O NEGRO REVOLTADO! Chegou a hora em que os africanos podem substituir os sistemas de pensamento eurocêntricos pelos seus próprios (...) Esta perspectiva, elaborada de um ponto focal africano e afro-brasileiro, não só constitui uma resposta à violência cultural, econômica e física cometida contra nós pela expansão comercial colonial - imperialista do eurocentrismo, como também constitui sistema de valores, autóctones, gerados e desenvolvidos independentemente de qualquer outra matriz cultural³.

As técnicas de registros sempre mantiveram seu lugar de destaque nas investigações etnográficas, ora a etnografia é percebida entre o domínio de suas técnicas e possibilidades de vida teórica. Mas qual o lugar dos sentidos dentro dessas técnicas etnográficas? Quais os sentidos produzidos através do contato direto na pesquisa etnográfica? Quais diferenças emergem no cotidiano de suas técnicas? e por fim, como são recebidas e exorcizadas nos trabalhos antropológicos?

Os cadernos de campo são empregados como a principal técnica de pesquisa etnográfica e consiste num modelo estritamente clássico do universo da antropologia. O que não compreendemos nos blocos de notas é como essas notas possivelmente revelam características da rotina e do cotidiano para além das palavras escritas nos diários.

As fotografias apesar de estarem presentes desde as primeiras investigações realizadas por antropólogos e antropólogas, não tiveram tanto destaque como meio de expressão nas pesquisas exploratórias o que pode ser considerado um grande descaso com a importância da fotografia e de outros meios imagéticos, como o desenho, os croquis e outros formatos.

Entre a produção dessas possibilidades de pesquisa de campo abordamos o cotidiano de uma Universidade com muitas particularidades e singularidades, e é através da contaminação desse cotidiano que traremos sentidos ao processo de ensino - aprendizagem antropológica localizada entre as demandas do Maciço de Baturité no Ceará e as múltiplas questões reencarnadas numa nova perspectiva de diáspora africana intelectual.

Trataremos a escrita etnográfica como um denso processo e uma rigorosa maneira de abordar criticamente as “complexidades” que se encontram nas freixas do que quase sempre não se pode visualizar a olho nu das relações humanas / não humanas / das coisas / do tempo / do lugar / do espaço. Precisaremos então desvencilhar esse processo em sua ordem espiralar, para que não haja necessariamente uma imposição de ordem, mas que haja uma

³ NASCIMENTO, Abdias. **O Negro revoltado!** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

complementaridade. Colocamos em relativização a própria antropologia como campo de possibilidades de técnicas, métodos, processos e teorias (etnografias) diversas.

Através de uma postura antirracista e anticolonialista formuladas por perspectivas negras de cunhos antropológicos e interdisciplinares organizam e orientam este trabalho por meio das imersões coletivas e de produções traduzidas sob as ideias de comunidade e relação, baseada em uma *escrita referencial*, como produção relacional de interdisciplinaridade e/ou interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019).

Para a antropologia negra têm sido debatidas como principais pontos de referências na produção acadêmica, a *posicionalidade* constituída nas interações de poder, as *corporeidades* e suas expressões e significados nas relações e as *temporalidades* dentro de seus determinados contextos. Entretanto, a complementaridade dessas três características referenciais optam por deslocar substantivamente velhas posturas que excluíam a presença do corpo nas representações acadêmicas e intelectuais.

As várias camadas adentradas na peles negras apresentam uma contribuição riquíssima para grande parte do trabalho que vem sendo desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras negros e negras em diversos espaços do conhecimento. Na antropologia demarcam boa parte da interlocução que se estende ao que concebemos como interdisciplinaridade, através de pesquisas que dialogam com os múltiplos campos do conhecimento deslocando assim o corpo negro como entidade universal de análise no pensamento científico elaborado e difundido dentro das comunidades de pesquisa negras e alcançando atualmente a Universidade em sua mais completa diversidade.

Há no entanto um esforço de compreender que o universal e o particular ou mesmo o local e o global, é sempre tido em determinada relação e contexto específico e que dentro de uma análise localizada e ou geopolítica, a concepção da negritude e de seus conceitos e ideias complementares são relações de autonomia e de afirmação coletiva de sujeitos e não de objetos provocando um descentramento tanto por parte das teorias eurocêntricas e eugenistas universais que hierarquiza e classifica sujeitos.

Portanto, acompanham as demandas críticas e profissionais que afetam contribuições teóricas e práticas - ontológicas, epistemológicas, ancestrais e políticas - para a comunidade negra em todas as suas perspectivas transdisciplinares e transnacionais. Se colocam então diante de seu próprio espelho para reluzir seus espaços, tempos e corpos em movimentos contínuos e circulares.

2.1 Técnicas e teorias de espaços de ensino-aprendizagem antropológica

Em uma graduação em antropologia que já é algo não convencional no Brasil, logo que a constituição da disciplina se encontra por volta de 12 anos atrás restrita às pós-graduações, sendo formado inicialmente o antropólogo nos cursos de ciências sociais. Em si temos um giro, não no sentido de negar o diálogo da antropologia com os mais diversos campos do conhecimento característica da diversidade presente no Brasil.

A constituição dos cursos de graduação para formação inicial de antropólogas e antropólogos, entretanto deslocam a própria antropologia de um lugar pouco visível em relação aos estudos sociológicos que destacam-se em quase todos os departamentos de ciências sociais no Brasil e ao mesmo tempo desloca o elitismo impregnado na carreira acadêmica desses/as profissionais.

Esses espaços e lacunas que vão sendo criados e fomentados no campo de disputa dentro da disciplina são expostos e colocados constantemente em debate e avaliação de cada pesquisador (a) e em cada pesquisa distinta, no entanto algumas dessas perspectivas vem tomando capilaridade e difusão deslocando os espaços constituídos aos próprios cânones e / ou *pais fundadores*. Dentro desse panorama apresentamos alguns desses distintos pontos de vista.

Sob a construção do pós-estruturalismo nos estudos sobre as relações de gênero no Egito pós-colonial, a antropóloga Saba Mahmood propõe que os estudos fenomenológicos contemplem as perspectivas de *self*, *embodiment* e *agência* nos estudos feministas (MAHMOOD, 2006, p. 128):

“é do meu ponto de vista, um produto de caráter *dual* do feminismo como um projeto simultaneamente **analítico e politicamente prescritivo**. Apesar das várias diferenças e tendências no seio do feminismo, aquilo que atribui uma coerência analítica e política a esta tradição é a premissa de que, ali onde a sociedade é estruturada para servir os interesses masculinos, o resultado será uma negligência, ou simplesmente supressão, dos interesses das mulheres”.

Essa perspectiva sugerida pelos estudos pós estruturalistas que permitem a produção de posicionamentos *politicamente prescritivo*, como propõe a autora, permite para a realização dessas etnografias, que essa agência teórica (o/a pesquisador/a) precisam estar interligadas, *in loco* nesses espaços e com um número maior de elementos analíticos sob imersão.

Sendo estas, no entanto, as produções que se localizam entre as dimensões políticas e práticas de fatos registráveis. Em dimensões práticas o pós estruturalismo ainda não se afasta completamente de seus antigos métodos de registros, interpretação e escrita causando

diversas variações e principalmente extinguindo a percepção de hierarquia na produção antropológica-etnográfica-etnológica.

As clássicas possibilidades condensadas pela *antropologia descritiva* de Clifford Geertz, a partir de tomadas de técnicas e diálogos com o trabalho de campo no Brasil, é proposta pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2000), suas reflexões enunciam diretamente os processos de produção de conhecimentos de cunho antropológicos a partir da *processualidade* do fazer etnográfico, onde o olhar treinado, a escuta atenta e a escrita densa são premissas dessa antropologia.

Roy Wagner chama de invenções antropológicas as interpretações sobre humanidades e culturas, desconectadas da biologização e da moralização desses processos, assim respectivamente. Diria o antropólogo (WAGNER, s/d, p. 309;314):

“a humanidade é pois, natureza refinada e filtrada por um designio e uma ordem consciente, uma disciplina que é ela mesma objetificado como algo que pode ser apreendido, ensinado, preservado, registrado e “inventado” estendido [...] os valores sociais e morais reduzem a criatividade às questões práticas”.

Há no entanto dimensões de interpretação e escrita de cunho crítico e *criativo* sobre as projeções que são dadas em escritas que promovem abordagens morais e evolutivas.

As antropologias de fronteiras, como são chamadas aquelas que priorizam questões como marcadores da diferença e relações de poder, tem constantemente abertas novas possibilidades de interpretações e utilização de técnicas como a oralidade, presente anteriormente com suportes técnicos que contemplam as perspectivas desses interlocutores.

A intenção de elucidação da voz do interlocutor na pesquisa, é quase sempre questionada pela aproximação da/o pesquisador/a através da escrita em que somente poderia atuar como tradutor. É possível ser aplicada a essa perspectiva quando este/a, o/a pesquisador/a, é transcritor/a de entrevistas que serão publicadas *in loco*.

Este processo pode ser traduzido pelas experiências que sob o suporte de técnicas de pesquisas audiogravadas (ou gravadas em áudio), permite que a transcrição se daria pelo processo de captação, interpretação e seleção de falas e percepções do interlocutor que auxiliaria ao pesquisador/a construir uma proposta de sistematização do pensamento individual e coletivo sobre tal questão, a partir da perspectiva do/a interlocutor/a como elementos fundamentais e críticos.

Mesmo como já demonstrado a imensa *diversidade referencial antropológica* existente, nas modalidades possíveis de imersão, permanecem em questões como *alteridades e identidades* em antropologia com certo privilégio epistêmico na disciplina, logo como fator

científico bastante difundido no pensamento social crítico mundialmente, e sendo reatualizadas em perspectivas de distintas *visões de mundo*.

Portanto, a escrita não precede nenhum dos objetivos diretos de produção antropológica, mesmo que mantenha seu privilégio analítico por meio das etnografias. Podendo inclusive obter grande diversidade de *gêneros* por cunhos etnográficos ou de caracterização de um ou mais meios como, os laudos etnográficos que apontam para tal problema demandado socialmente ou juridicamente, ou de outra mobilização possível, ou mesmo de suas variantes possibilidades técnicas em instituições e acessórias como base interdisciplinares, nem mesmo quando posto em visualidade imagética essa produção torna-se metodologicamente, visual e por vezes áudio visual e mesmo só áudio, como vem crescendo e se consolidando as foto-etnografias, filmes etnográficos e desenhos em antropologias visuais.

2.2. O afro-atlântico contra lusotropicalista: Antropologias na Universidade da “Integração Internacional da Lusofonia” x Afro-Brasileira

É comum assistir falas e ou ser indagado sobre *ser estudante na UNILAB*. Aos poucos isso foi tomando proporção de categoria talvez por isso decidi escrever sobre o tema e trazer as principais questões que ficaram por anos coexistindo com tantas pessoas incríveis e outras nem tanto assim. Um diálogo não estanque que por um lado prioriza as noções de solidariedade entre africanos e afro-brasileiros e por outro lado não permite se compreender esse cotidiano a partir de uma visão estritamente helênica do romantismo.

Beatriz Nascimento, em 1994 escreveu que, “o término do velho colonialismo mercantil (...) trouxe a inevitável reformulação das fronteiras nacionais no mundo” (2022, p. 86). Para a historiadora e filósofa afro-atlântica a queda dessas fronteiras poderiam permitir um diálogo transcultural e transnacional que através dos “homens” teríamos um aperfeiçoamento político, físico, existencial e imaginário.

A queda dessas fronteiras representavam então muito além do fim da dominação europeia, ou especificamente aqui, a colonização ultramarina portuguesa sobre países que agora utilizavam a língua portuguesa como sistema linguístico de comunicação e interação global. Ela acreditava que esses sistemas culturais entrariam em diálogo para substancialmente se oporem aos velhos ditames colonialistas europeus.

Então a primeira noção de solidariedade entre os povos colonizados, é bem vista também nas aulas decorrentes de professores africanos com origem de diversos países, sendo eles, os professores moçambicanos em sequência das ementas de estudos africanos pré coloniais, coloniais e pós coloniais, Dr. Luis Tomás Domingos, Dr. Carlos Subuhana e Dr.

Segone N'Dangalila Cossa e mesmo a quem teve menor contato ou encontros para além das aulas curriculares, como a Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro, professora bissau-guineense da ementa de história, cultura e sociedade nos espaços lusófonos, também o professor congolês de colonização e pensamento antropológico Dr. Bas'ilele Malomalo.

Outras configurações estão em permanente diálogo no cotidiano desse espaço tempo, através das sempre presentes contribuições da professora e professor cabo-verdianos de administração pública, Dra. Rosalina Tavares e Dr. Carlos Tavares. E também os professores bissau guineenses na condução dos grupos de pesquisa em estudos africanos, Dr. Ricardo Ossagô e o coordenador do Grupo de Pesquisa Amílcar Cabral, Dr. Ricardino Bernardino.

Essa troca, no entanto, estavam nitidamente presentes no cotidiano de leituras e de construção de paradigmas de pesquisa. Somente me atentei para a gravidade dessa demanda cotidiana que era a ausência de teóricos negros e africanos nas Universidades visitando constantemente outras Universidades, foi na UFC e na UECE por exemplo, e um pouco menos no IFCE que me deparava de forma abrupta com o epistemídio da intelectualidade negra africana e afro-diaspórica.

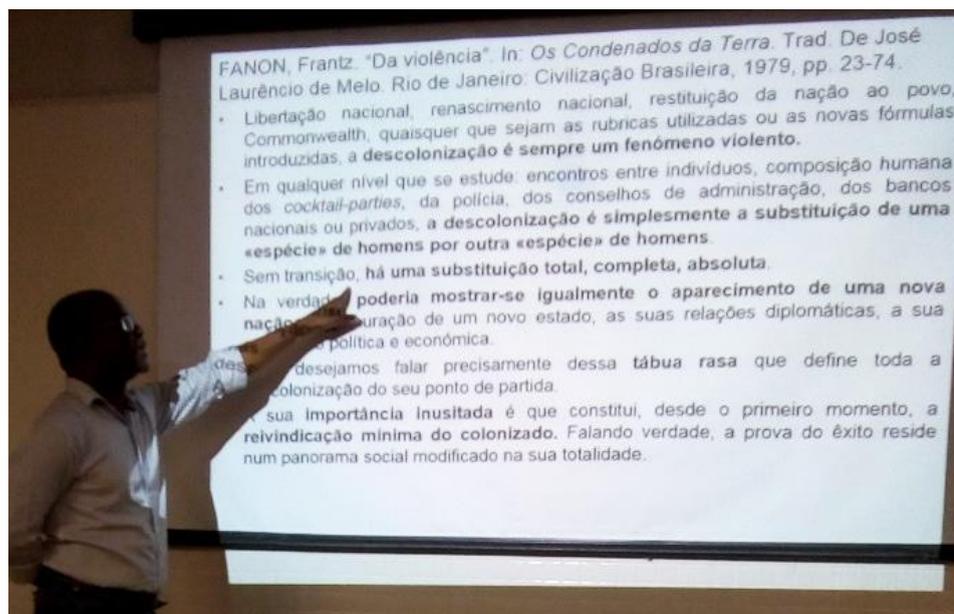


Figura 1. “A descolonização é sempre um fenômeno violento”, FANON. Prof Dr. Carlos Subuhana.
Foto: Paulo Henrique Ferreira.

A presença do psiquiatra e filósofo político Frantz Omar Fanon talvez seja a mais impactante presença de todas as contribuições apreendidas no cotidiano da Unilab, podem sim ser destacados diversos outros e outras intelectuais que estão presentes nesse cotidiano, mas é um fato de que Fanon circunda boa parte das questões que envolvem o binômio colonial e anti-colonial.

A descolonização dentro de todos esses processos de ensino-aprendizagem em antropologia é uma questão proeminente para pensar as contribuições africanas e afro-brasileiras, que foram sempre bem vindas no cotidiano compartilhado entre também colegas de graduação e colegas de diversos cursos. Embora então existam diversos precedentes que não cabem diretamente aqui, é inegável a importância e existência de um diálogo solidário e político entre o continente africano dentro do cotidiano orgânico e institucional desta Universidade em particular.

Um diálogo cultural e político que entre vieses de confrontações trabalham tanto epistemes quanto filosofias que corroboram para a retomada de saberes africanos em territórios afro-brasileiros. Mais uma vez destaco que em nenhum momento neste trabalho trato de uma visão romântica do cotidiano espelhado, mas de um universo de interação explorado por diversas compreensões distintas do continente africano e da própria formação da ideia de diáspora negra africana.

Essa é uma outra noção que consiste fundamentalmente no aprofundamento das complexidades que envolvem tanto o processo de constituição do sistema escravocrata em seus termos globais como as especificidades sobrepostas no cotidiano local e regional da localização da UNILAB. A diáspora negra africana permite pensar esse diálogo por meio do atlântico negro, da atlantiscidade. Toma-se então como espaço genérico de criação de novas epistemologias, cosmo percepções e compartilhamento de visões de mundo que dialogam diretamente com uma luz direta sobre a negritude.

Para conceituar livremente esse espaço-corpo-tempo, retomo o mesmo artigo de Beatriz Nascimento, em que ela afirma “que com todo descontínuo há um contínuo histórico memorável na história entre povos dominadores e subordinados, que eleva sempre a singularidade humana e vê ecologicamente o mar Atlântico como um vetor entre os povos da Europa, África e Américas” (2022, p. 86).

As múltiplas questões que envolvem essa ideia de que povos africanos migraram forçosamente o mundo ameríndio e compartilharam também com esses povos através da obrigatoriedade do componente curricular de *teoria da diáspora, antropologia das populações afro-brasileiras, estudos pós coloniais e decoloniais, antropologia das populações indígenas e antropologia das populações tradicionais e ecologia política* e uma enorme diversidade de ementas optativas. Para a produção desse diálogo cito a professora Vera Rodrigues e o professor Arilson Gomes dos Santos, também a professora Denise da Costa e as professoras Joalice Conceição e Marina Melo.

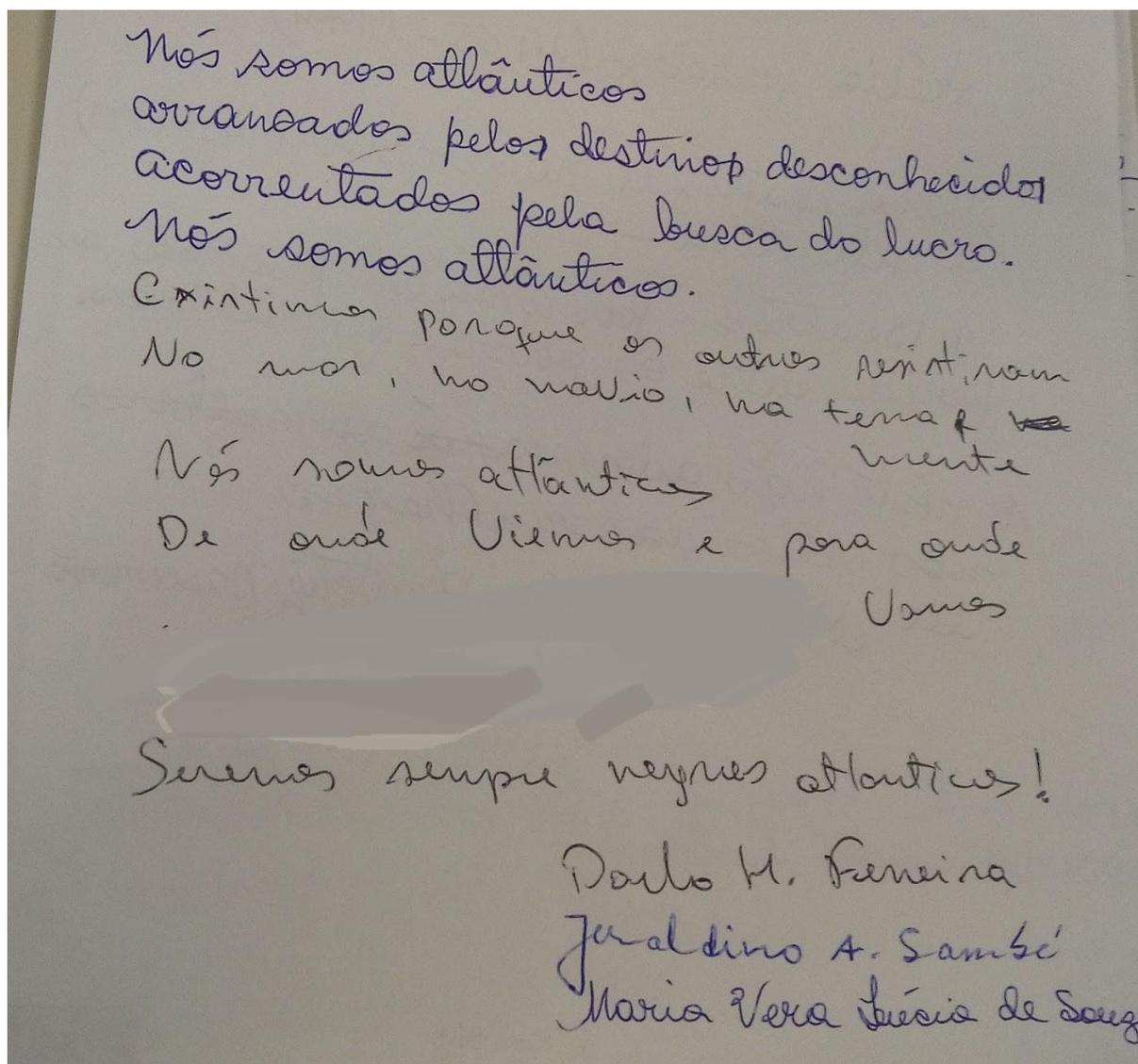


Figura 2. Poesia “nós somos atlânticos” escrita na oficina alteridade e literatura, ministrada pelo Prof. Arilson Gomes.

2019, Foto: Paulo Henrique Ferreira.

A presença desses professores e professoras dentro do colegiado de antropologia, aponta para uma necessidade fundamental na constituição de projetos pedagógicos que sejam exemplares na promoção de ações afirmativas reparatórias da cognição da humanidade do negro e da negra. O colegiado de antropologia da UNILAB é o único curso de graduação que possui exatamente 50% de professores negros e negras em todo o país.

Na contemporaneidade, mesmo que o mar não seja caminho único de transporte entre esses povos ou que mesmo nem seja mais estritamente necessário realizar esse deslocamento geográfico para que aconteça um deslocamento imaginário, físico ou existencial. É constante ouvir narrativas que se refletem, por exemplo, na descoberta do racismo na diáspora de africanos mesmo que atualmente.

É importante sempre perceber que nessa relação de amadurecimento da própria Universidade em tratar das questões que envolvem o racismo, sejam desnudadas menções há uma suposta não existência do racismo no continente africano. Dentro de uma lógica de fuga de temas é compreensível, mas dentro do debate acadêmico sério, rigoroso essas fugas não se sustentam ou não se afirmam como hegemônicas.

O entrelaçamento então das ideias de descolonização, diáspora africana e racismo em suas vértices do escravismo, do colonialismo, do imperialismo e da modernidade é uma das principais contribuições de uma antropologia que se pretende discutir e demandar questões provenientes das relações raciais no Brasil e no continente africano.

Essas marcas dessa contribuição localizada na Unilab, logicamente que não são as únicas contribuições características do curso de antropologia, mas que são fundamentais para a compreensão das dinâmicas tanto da Universidade, como do discurso que é refletido e produzido em seu cotidiano. Tornam ela um projeto acadêmico que independentemente de gestão, a antropologia da Unilab sempre terá o seu projeto atacado ou inferiorizado, pois o seu modelo histórico e político não interessa às elites econômicas, políticas e nem acadêmicas desse país.

Um momento profundo e inesquecível acontece na aula inaugural do Mestrado Acadêmico Associado em Antropologia entre a Universidade Federal do Ceará e a UNILAB, em que a professora Vera Rodrigues afirmou que mesmo que nos tirem as verbas, mesmo que cortem os financiamentos não tirarão as estratégias de sobrevivência e não cortarão os sonhos coletivos de uma educação crítica e profissional de antropologia no Ceará.

Como um contra-golpe se articula em série de marcas e de sequências de ritos, a constituição de um projeto de ensino - aprendizagem etnográfica e antropológica que marcam principalmente primeiro um tempo histórico enraizado pela descontinuação da desumanização africana e afro-brasileira, segundo por uma composição corpórea e estética de autonomia e compartilhamento de saberes e fazeres do corpo negro e terceiro pelo encontro territorial produzido pelas memórias que se compartilham no cotidiano.

Imerso então em ambientes de trocas de saberes e de experiências profundamente marcadas por diversas questões e atravessadas por uma necessidade de compreensão mais ampla dos marcadores sociais que envolvem os corpos presentes dentro da UNILAB, permite uma profunda legitimidade de agendas de pesquisa e manipulação desses conceitos destacados aqui como contraposição aos argumentos que são diretamente ligados a vida da população negra no Brasil e nos países africanos que foram colonizados por portugueses.

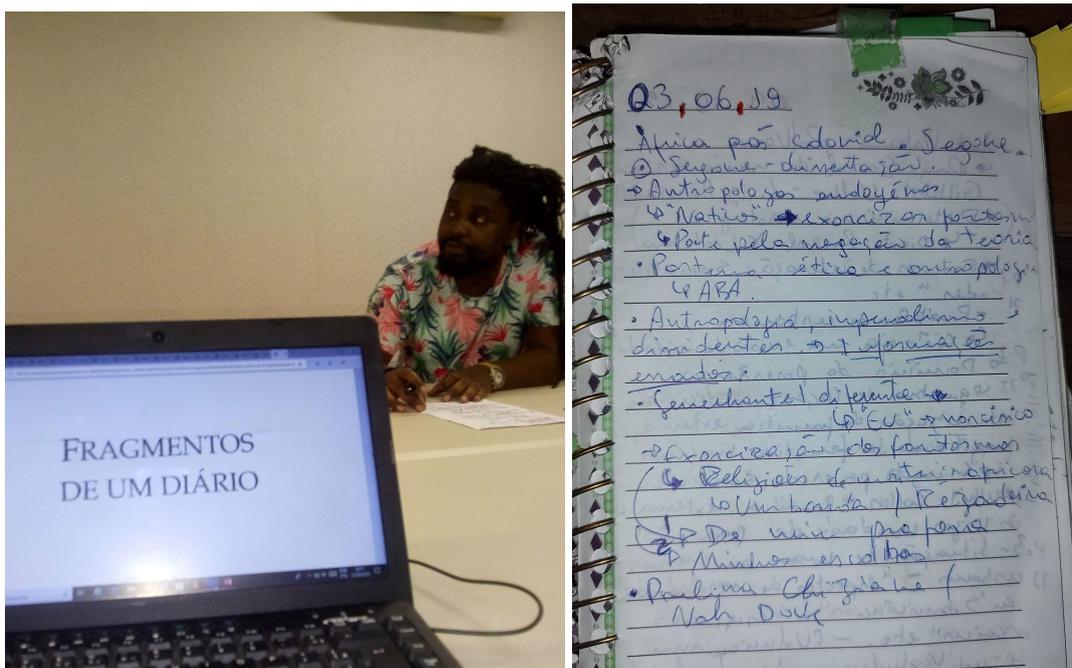


Figura 3. “Fragmentos de um diário”, debate sobre o texto de Ungulani Ba Ka Khosa. Aula de África Pós Colonial Prof. Segone Cossa, 2019. Foto: Paulo Henrique Ferreira.

Figura 4. “Notas de aula”, debate sobre a dissertação de mestrado de Segone Cossa. Aula de África Pós Colonial Prof. Segone Cossa, 2019. Foto: Paulo Henrique Ferreira.

Diantes dos espelhos refletidos pelo colonizado e pelo colonizador desnudam a violência e seus violentos processos de desumanização coletiva de povos. Povos com cor, com nomes, identidades próprias e sistemas de cognição e interpretação da vida que pertencem a si e podem sim ser compartilhados com outros povos.

Se opor há um sistemático processo de colonização educacional exige mais que esforço, porque trata-se de duplos processos de interpretação, logo que as ideias hegemônicas não desaparecem e nem se esgotam. Criar então um caminho que torne possíveis rupturas epistemológicas não é de responsabilidade apenas de quem pesquisa e escreve um artigo, dissertação, tese, obras e ou coisas de arte e etc. Compartilham-se sistemas de solidariedades coletivos que se estabelecem como projetos acadêmicos e políticos, baseados em uma ética e uma estética negra possível entre o mundo transatlântico e africano.

Capítulo 3 - Corpos negros e autorepresentação: breves diálogos sobre a docência negra e saberes negros

“Os negros não tem controle sobre sua própria educação e tem pouca voz em outros assuntos pertinentes. A educação dos negros, então, a coisa mais importante para a auto elevação dos negros, está quase inteiramente nas mãos daqueles que os escravizaram e agora os segregam”⁴.

Dentro de breves palavras gostaria aqui de posicionar, talvez a principal dinâmica desestabilizadora dessa ideia de descentramentos inicialmente posta por Stuart Hall e aqui traduzida junto ao Atlântico Negro como potencial vetor de autorrepresentação coletiva da comunidade negra em rejeição histórica as ideias de democracia, passividade e desconhecimento por parte do racismo.

Os negros e as negras que construíram esse país, no entanto, é necessário que devam estar diante de uma análise que seja estabelecida entre breves parâmetros como os já apontados também aqui, como descolonização, diáspora negra africana e racismo. Dentro dessa estrutura nos apresenta a consistência de elucidar o verdadeiro desejo desses negros e negras no fazer histórico, este no entanto, visto por sua dinamicidade conflitiva e negociada.

Sempre sonhamos, coletivamente, com nossa própria educação. Os ideais de uma educação negra estão presentes em todos os processos de recusa e revolta ao racismo, à escravidão e às modernidades. Desde as escolas de Atlanta às Universidades negras (DuBOIS, 1999), as organizações negras sempre apontaram para a necessidade do negro lutar pelo seu modo próprio de ensino e de transmissão de seus saberes e práticas nas sociedades em que participou.

O intelectual negro Amauri Mendes Pereira, grande militante, educador e pesquisador da cultura negra no Brasil, afirmou em termos diretos que (2018),

“os eventos em comunidades escolares assumidos como de consciência negra podem ser vistos como um “passo adiante” do que idealizamos como movimento negro. As noções de cultura e consciência negra me ocorre porque na verdade, não há apenas uma ponte entre a dinâmica negra e o jogo político. O movimento negro em seu sentido estrito é uma delas: em certos aspectos e circunstâncias, é bom que se diga, decisiva.

É possível identificar a situação da relevância da docência negra que mobiliza no cotidiano e nos eventos de uma agenda escolar, no entanto, uma ampla formação acerca da consciência negra e seus efeitos diretos e indiretos. A presença corporea e cognitiva da professora e do professor negra/o no entanto, é irredutivelmente fundamental para a formação de novas gerações que sejam cada vez mais densas em tratar de variadas questões e temas, superando velhos dilemas localizados no interior e ao redor da vida do negro e da negra.

⁴ WOODSON, Carter G. A deseducação do negro. São Paulo: Edipro, 2021.

A antropóloga, Angela Figueiredo, questiona qual é o lugar destinado à docência negra no Brasil através de dados que estão muito aquém do que esperamos serem apresentados depois de quase 20 anos de políticas de ações afirmativas. Pergunto também, por que não Guerreiro Ramos? (FIGUEIREDO; GROSFÖGEL, s/d). Por que não podemos acessar ainda que em grandes números os lugares destinados à docência de instituições públicas de ensino superior no Brasil?

Essa mesmo sendo uma questão exemplar na disputa de um projeto político educacional no Brasil, a UNILAB caracteriza-se de uma forma muito específica em que igualdade é traduzida em termos equânimes de docentes negros e brancos, homens e mulheres, com baixa participação de africanos/as e não presença de corpos indígenas na formação do colegiado do curso de graduação em antropologia.

Sabemos que em termos históricos para a própria disciplina e seu desenvolvimento no Brasil, é quase impossível imaginar uma sensação e um cotidiano permeados por essas informações. Então trarei para tornar possível esse exercício algumas imagens e breves comentários descritivos e analíticos de cada situação que pode ser captada por diversas pessoas e que saliento que em várias ocasiões não conseguirei identificar as pessoas responsáveis pelos registros realizados.

Essas são imagens desse cotidiano de trocas e de conhecimentos negros que vão muito além do que tradicionalmente se compreende dentro dos espectros antropológicos clássicos no Brasil. Momentos em que o corpo não se ausenta e pelo contrário, ele assume a posição de apreensão de conhecimento, isto é, o corpo passa a pensar tal qual um mecanismo da nossa condição cognitiva.

Elementos disruptivos como a fala e a expressão também pode ser caracterizado como parte desse repertório educacional que figuram entre clássicas análises, mas que ao mesmo tempo fogem dessas velhas interpretações. Seja por meio do pensamento crítico, da linguagem descolonial e ou mesmo de teorias e etnografias que situem outros modos de representação e abertos a autorepresentação de corpos negros (hooks, 2019).

Permitam-me então, iniciar pelo começo. A redundância se dá dentro da perspectiva de que apenas partirei de uma lógica estritamente cronológica, pois essa primeira imagem registrada pela equipe do Núcleo de Estudos Africanos e Afro Brasileiros (NEAAB) se deu exatamente algumas semanas antes de iniciar as aulas na graduação ainda em 2015 quando participei do minicurso sobre pedagogias do corpo metafórico com a condução do professor Gerson Moreno e a organização do professor moçambicano Luís Tomás.



Figura 5. Curso de pedagogia do corpo metafórico. Prof Gerson Moreno; NEAAB, 2015.

A imagem em movimento demarca a apreensões sobre metáforas dos corpos dançantes para os Orixás, entidades divinas, que movimentam dimensões cosmológicas do planeta através da interação da nossa energia com a do meio ambiente. Conheci a UNILAB e fui dançar logo que cheguei, queria colocar aqui palavras de risos como colocamos na internet.

Muitas relações que foram frutíferas também estão nessa foto, como alguns colegas guineenses que participaram desta oficina e a carinhosamente por mim chamada menina Manu, Emanuel, a quem muito compartilhei muitos eventos e momentos marcantes durante essa trajetória na UNILAB.

Nada não obstante, optei por trazer no início deste trabalho como epígrafe uma letra de música do grupo A.SE.FRONT, África Sem Fronteiras, tanto pelo sentido refletido nesta etnografia como pelas memórias que são relegadas de um contexto de trocas maravilhosas. Também logo que cheguei na UNILAB e consegui realizar minha mudança para a cidade de Redenção, conheci rapidamente alguns integrantes do grupo, como Kapivara Dimas, estudante de engenharia e outros integrantes do grupo, além de rap algumas dessas tardes era carregada de aulas de kizomba e outros estilos africanos de dança com muito gingado e sensualidade.

Ainda no ritmo da música e dos corpos que dançam e pensam, essa próxima imagem retrata um evento que organizamos em 2017, profa Larissa Gabarra que está sentada no chão, a Bruninha, sua filhinha ainda pequenininha como chamávamos inicialmente nosso projeto de

extensão “pequeninhas Áfricas do Joá”, e o colega Eder Jordan que está segurando o tambor, para que o Fábio nos desse suas aulas sobre manutenção e cuidados com o tambor, um multi artista e intelectual negro que pesquisa as musicalidades e docência com crianças negras tanto no continente africano como em suas diásporas, nos abrilhantou durante alguns dias com muita musicalidade e prática da capoeira Angola.



Figura 6. Aula sobre musicalidades e cuidados com Tambor. Fabio Santana, UNILAB, 2017.

Foram também dois anos de trocas junto aos Grupos de Pesquisa África Contemporânea e de extensão Áfricas do Joá, agradeço imensamente todas as trocas que tivemos por lá e que se mantêm de uma forma carinhosa até hoje. Compartilhamos as primeiras reações às nossas práticas dentro da escola, as construções de oficinas sobre história, arte, cultura e política negra e africana para estudantes do ensino médio no Maciço de Baturité entre tantas coisas que vivenciamos.

Dentro desse panorama de música e dança são importantes de destacar as contribuições que a música sempre impulsionou dentro da formação do pensamento crítico negro, na qual ela também assume um lugar de centralidade, autonomia e pioneirismo. Desde então sobre os temas, trago a importância dessas breves conversas mas que certamente estão profundamente vinculadas às maiores aulas que tive durante toda esta trajetória nas graduações.

Bem como esses encontros regados pela ancestralidade e majestade dessas professoras negras, que nos honra e nos orgulha. Pude então durante esse período ouvir palestras de

diversos professores/as negros/as que circulavam pela Univerisdade, destaco aqui os registros que fiz com a a profa Petronilha Gonçalves, Profa Conceição Evaristo juntamente com Paulina Chiziane que não consegui pedir a ela para realizar um registro, bem como a profa Joselina da Silva, o Prof Amauri Mendes Pereira e o prof Nego Bispo.



Figura 7. Profa Petronilha Gonçalves, UNILAB, s/d.



Figura 8. Profa Conceição Evaristo, no evento Pretas na UNILAB, 2018.



Figura 9. Profa Joselina da Silva. Defesa da tese de doutorado da Profa Cris Souza. IFCE, 2018.



Figura 10. Prof Amauri Mendes Pereira na defesa da tese de doutorado da Profa Cris Souza. IFCE, 2018.



Figura 11. Mestre Nego Bispo. Seminário colonização e quilombos. UNILAB, 2019.

A seleção aleatória desses registros apenas demarcam a grande contribuição em que momentos que exigem de nós pesquisadores/as em formação a escuta atenta de quem já percorreu os caminhos que nós desejamos percorrer. Dentre as descrições das muitas

palestras que pude participar sempre esses momentos se constituem em reverberações contínuas da própria sala de aula.

No entanto, o diálogo sempre foi possível de ser compreendido através da circulação em vários ambientes co-habitantes de um processo de formação acadêmica e política. A participação então nessas redes de movimentos sociais negros então, ao mesmo tempo em que se confundem com aulas na rua e aulas de política elas se entrelaçam em análises situacionais de condições de vida e de estabelecimento entre a prática e a teoria.

Alguns desses eventos tanto pude estar participando como pude estar organizando, trazendo aqui então alguns deles, cito o I Encontro de Estudantes Negros/as da UNILAB, Encontro de Estudantes Negros/as da União Nacional dos Estudantes, Conferências Públicas para Políticas de Igualdade Racial, Congresso de Pesquisadores/as Negras/os, Seminários de Ambientação Acadêmica que são eventos de recepção de calouros (SAMBA), Formaturas da UNILAB, Fóruns Sociais Mundiais entre tantos.



Figura 12. Mesa de abertura do I Encontro de estudantes Negras/os da UNILAB. 2018.

Veja se a multiplicidade de variadas formas e pensamentos que carregam as negras e os negros e os nossos próximos colegas indígenas, no caso Anacés, que estão aí nessa imagem revolucionária. Como organizador desse evento que construído por tantas mãos mobilizou então faíscas de debates sobre os modos e as reinvenções do racismo em nossas convivências.



Figura 13. Delegadas/os da UNILAB na Conferência de Políticas Públicas para Igualdade Racial. Eusébio, 2018.



Figura 14. Encontro Nacional de Estudantes Negros/as da UNE. Salvador, 2017.



Figura 15. Encontro Nacional de Estudantes Negros/as da UNE. Salvador, 2017.

Entre tantas idas e vindas pelo país, fomos levados a sonhar grande e nos aproximar de projetos antes desconhecidos, a juventude negra ia se formando e construindo pontes relevantes para si e para quem estavam próximas, hoje escrevendo essa dissertação eu não poderia deixar de colocar esse registro de parte da organização do maior evento que reuniu estudantes negras/os da América Latina realizado no Brasil, onde muitas pessoas ainda ficaram na casa da Bruna e da Samira, mas que nós aí com ênfase na presença da Bruna Rocha e de Dandara Tonantzin, primeira deputada federal jovem e negra no Brasil.



Figura 16. Mesa Universidade e Diversidade no Seminário de Ambientação Acadêmica. UNILAB, 2019.



Figura 17. Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste. João Pessoa, 2019.

Em momentos de falar se exercia aquilo que muito se havia apreendido em muitas ocasiões, e diluía e se dilui um repertório compartilhado entre tantas pessoas que só parecem iguais, como por exemplo, na realização do GT de Juventudes negras e violência policial no COPENOR de 2019.

Apresentamos nossos trabalhos, inclusive aí eu estava apresentando um artigo escrito numa disciplina da professora Vera Rodrigues em que analisamos uma cena de silenciamento da jurista Valéria dos Santos, em que esta estaria numa situação em que o racismo e o sexismo a impedia de exercer sua função de advogada e suas prerrogativas legais de trabalho.

Também nas lutas por justiça social, descolonização e contra o racismo se compreende estes momentos. A participação no entanto, nos fóruns sociais mundiais talvez nesse curto período de tempo a possibilidade mais eficaz de aproximação dos estudantes do Ceará e da Bahia, dois estados em que a UNILAB se localiza no Brasil, porque não bastava a UNILAB não é uma Universidade projetada estadualmente e sim de referência federativa.

Essas contribuições que muitas vezes são advindas das teorias de transformações da sociedade elaboradas dentro dos movimentos sociais, destacam se e ganham corpo e vida dentro dos processos de desencadeamento de lutas em pautas definidas que principalmente localizam-se em torno das demandas de um determinado grupo, povo, comunidade e etc que cobra do poder público e também privado, ações que garantam a dignidade, o respeito, os direitos e todas os demais processos históricos de luta.



Figura 18. Profa Eliane Costa no Fórum Social Mundial, Salvador, 2019.



Figura 19. Paula Lino, Diretora de Igualdade Racial UNILAB BA; Paulo Henrique, Diretor de Igualdade Racial UNILAB CE; Janica, Diretora Geral DCE BA. Fórum Social Mundial, Lauro de Freitas, 2019.



Figura 20. Reunião sobre políticas de ações afirmativas para quilombolas e indígenas. UNILAB, 2018.

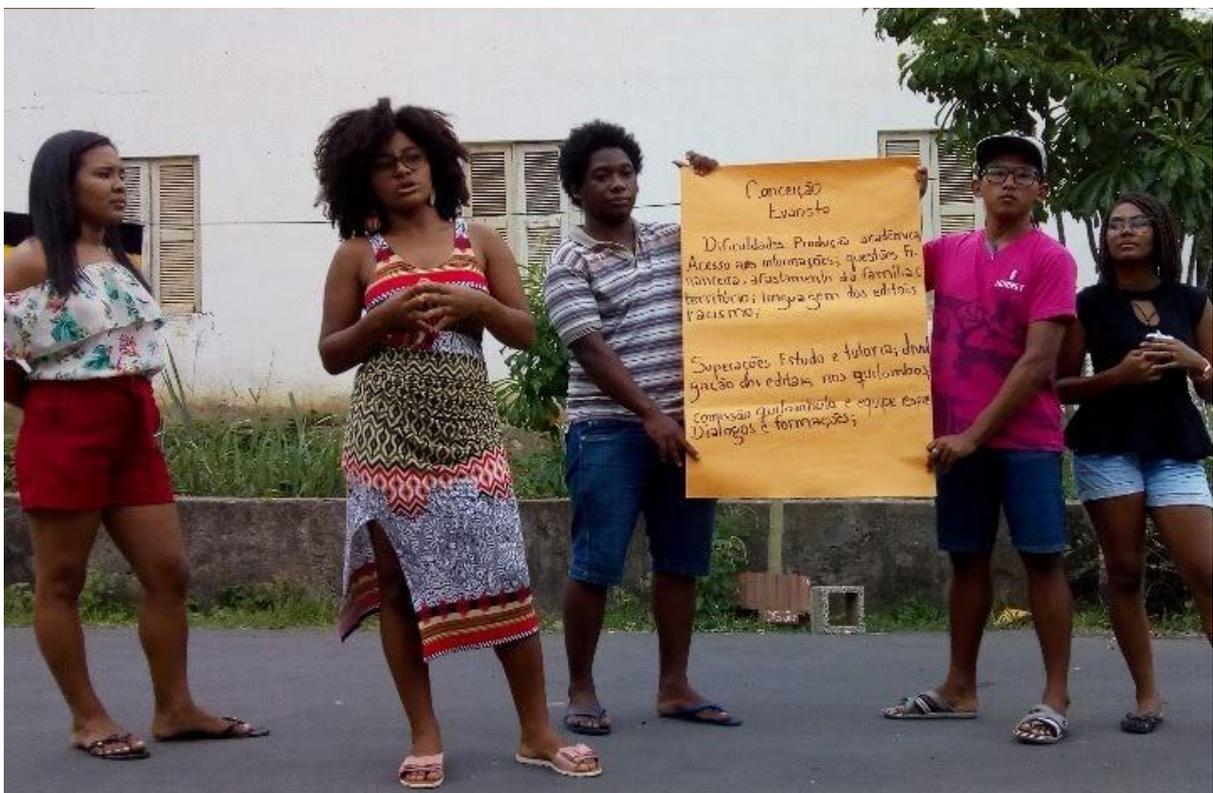
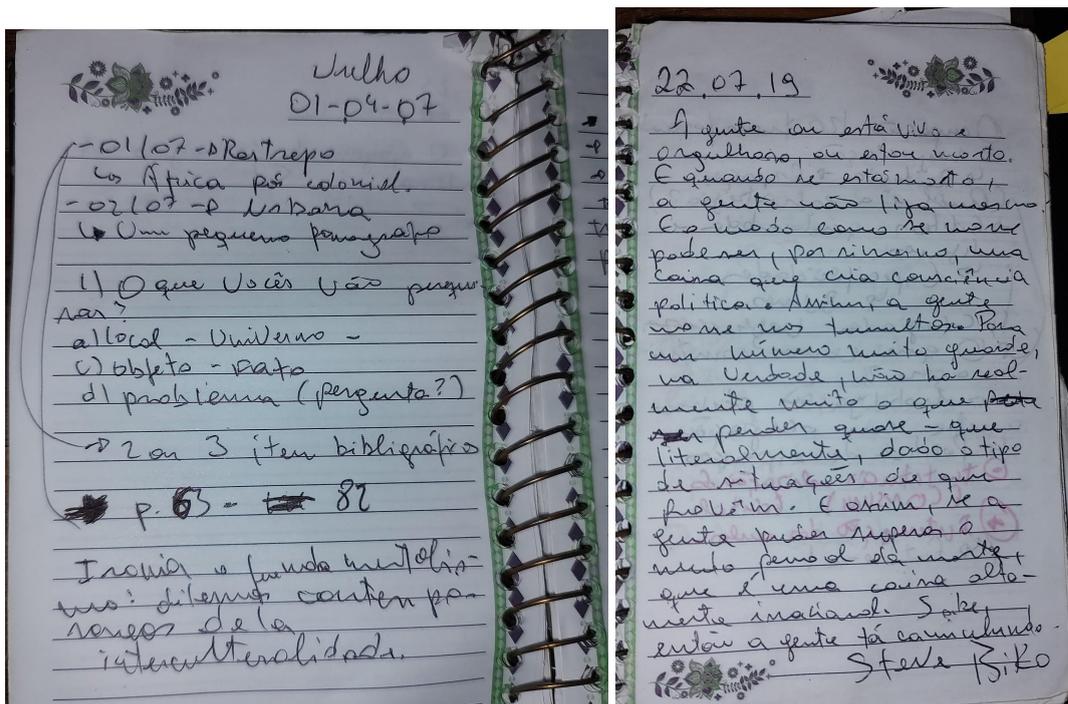


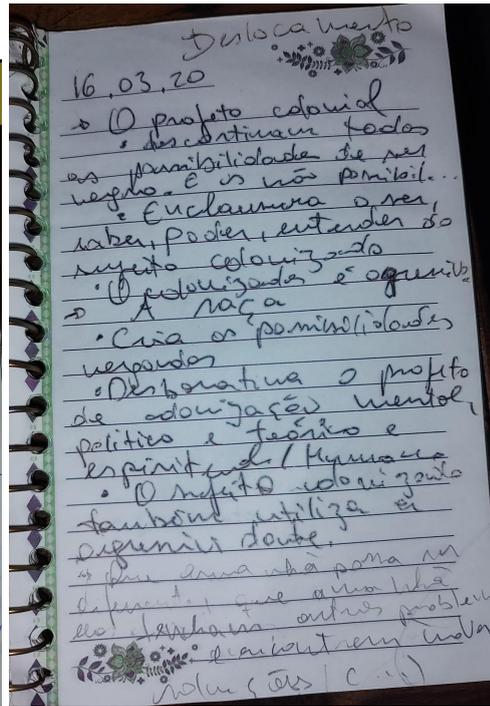
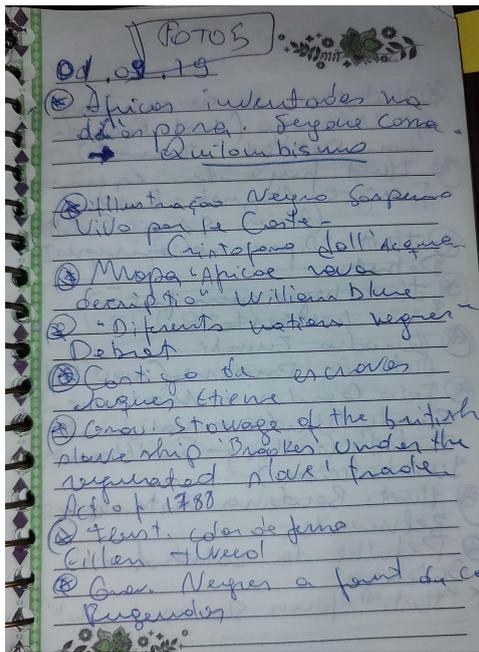
Figura 21. Formação do Coletivo de Estudantes Quilombolas da UNILAB, UNIQ. Acarape, 2020.

Do quilombismo se extrai a noção máxima de ação coletiva dos movimentos sociais negros no Brasil. Os quilombos representam a luta afro-brasileira por dignidade e reparação para todas/os nós, nas palavras de Abdias Nascimento. As lutas educação não são no entanto, as mesmas que a luta por uma educação negra, essa divisão é marcada pela necessidade de racialização do conhecimento crítico que consiga desvencilhar os paradigmas que impõe a população negra brasileira em uma completa situação de desigualdade e convivência cotidiana com o racismo.

A docência negra e as contextualizações negras no cotidiano, são as principais armas de combate dentro desse processo que se mostra cada vez mais urgente e necessário. Não acredito que seja evitável as mudanças de posturas de professores como acredito que não acontecerá por uma política de boa vontade, porque boa vontade não faz política.

São pequenos, breves diálogos em processos como alguns desses apresentado e pouco detalhados aqui que desnudam as denúncias ao racismo e a não passividade de estudantes, professores, movimentos negros e demais atores de uma mudança radical na educação brasileira referente as questões raciais e a vida do negro e da negra.





Figuras 22, 23, 24 e 25. Diários de campo das aulas de África Pós Colonial. Prof Segone Cossa. UNILAB, 2020.

Entre notas, arquivos de imagens e de memórias pude mostrar alguns dos atravessamentos possíveis num cotidiano compartilhado entre pessoas negras que partem de diversas posicionalidades e situações sejam elas territoriais, econômicas, de tons de pele, idade, gênero, sexualidades e etc.

Há muito ainda no que se contribuir para avançar essas questões discutidas aqui nesta monografia etnográfica, tanto por parte de nós seres que nos relacionamos como para a antropologia em específico, que se consolida como ciência colonial mas que continua a manter freixas de espaços que podem produzir diversas outras possibilidades.

Considerações finais

Longe de estar superado o debate que envolve a produção de antropólogos/as negros/as no Brasil com as insurgências organizadas destes e tão pouco a produção negra africana no Brasil. Buscamos aqui estabelecer um diálogo em torno dos processos envolventes destas duas posicionalidades geográficas, culturais e políticas a fim de propor uma reflexão em torno da colonialidade e da descolonização do pensamento antropológico que tem sido difundido e organizado no curso de graduação em antropologia no Maciço de Baturité em Redenção pelo colegiado e corpo discente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB/CE).

Tendo então sugerido o binômio de lusotropicalismo e afro-atlântico como dois modelos de estruturação do pensamento que demarcam esses processos de colonização e descolonização. O lusotropicalismo de Gilberto Freyre é então responsável por um denso processo de desumanização do negro no Brasil e das colônias portuguesas no continente africano sendo o pensamento afro-atlântico / negro diasporico marcado pela contra colonização portuguesa.

Atravessando uma concepção racista de harmonia das raças ou de democracia racial que tem como objetivo nítido de manter populações subalternizadas sob domínio de populações coloniais até a ideia de *solidariedade entre povos colonizados*, que desperta em si uma consciência crítica através de micro e macro revoluções cotidianas em um universo simbólico da negritude espelhados na travessia do Mar Atlântico.

Intérprete desta travessia, Beatriz Nascimento afirma: "o Atlântico, considerado pelos povos afro-brasileiros como deusa-mãe; é a ele, interventor de nossa felicidade, que nos rendemos. Pode ele através de seu espelho curar-nos feridas tão profundas e abertas ao longo de toda esta história" (2022, p. 86). Este lugar imaginário sobreposto às águas do oceano é tido aqui como um fenômeno de interpretação das mudanças que aconteceram dentro de um longo processo histórico, estético e territorial.

Esse Atlântico passa a ocupar não apenas o sentido de Mar mas também o lugar do pensamento compartilhado entre as experiências da negritude que demarcam as ideias de descolonização, diáspora negra africana e o racismo como constituintes de suas trajetórias coletivas e compartilhadas nesse Universo que foi observado durante cerca de 6 (seis) anos.

As observações estritamente participantes podem ser visualmente consultadas nas fotografias em anexo deste trabalho e também podem ser estruturadas em esquemas de pensamento detalhados nas notas de aula que também estão em anexo. No texto um pequeno diálogo exemplifica as contribuições de antropólogos/os negros/os e africanos, através do

cotidiano de aulas e da estruturação de um curso quiçá dita-se aqui revolucionário em seu modo de pensar, fazer, agir e intervir na realidade do mundo que co-habitamos.

Muitas das reflexões presentes aqui vão diretamente ao encontro do que a antropóloga Luciana de Oliveira Dias descreve como circuitos antropológicos e que define os desafios para o reconhecimento de uma antropologia agenciada diretamente pela autoria negra. Afirma a intelectual negra (2021, p. 3-4),

“O que se propõe na defesa de uma antropologia negra é a consideração pelo campo de um saber e de um fazer antropológicos negros envolvidos em circuitos dádivosos. Saberes e fazeres que são desestabilizadores de um terreno antropológico com traços neo evolucionistas e que se revolvido por múltiplos fazeres poderá testemunhar o desabrochar de pluri saberes”.

Vemos diante de nós breves reflexões em torno do desabrochar de pluri saberes compartilhados por um circuito epistemológico que envolve a docência negra, discentes negras/os e africanas/os, ementas que abordam positivamente e criticamente as relações raciais e suas interseccionalidades, uma agenda de pesquisa que demonstra sua relevância em torno da desestruturação dos objetos de pesquisa passando pela compreensão juntamente com os sujeitos elementares de uma pesquisa em antropologia.

Em torno das posicionalidades destes sujeitos, de suas temporalidades e de suas corporeidades temos uma constituição filosófica de epistemes compartilhadas no Atlântico negro que enobrece essas populações e as retira de um limbo caucasiano e eurocêntrico. É através de atitudes de solidariedade e de compartilhamento contínuo de informações e de técnicas de pesquisa que se desdobra o prolongamento da antropologia negra no Brasil.

Que esses passos e essas trajetórias possam em si e nos outros refletir a negritude, expandir suas luzes negras e iluminar os caminhos de nosso povo. Que as luzes negras que se acenderam não se apaguem mas que se espalhem como as águas do oceano Atlântico que são indomáveis e inacabáveis.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ANDRADE, Mario *apud in* PEREIRA, JOSÉ MARIA NUNES. **Mário de Andrade e o luso tropicalismo.** S/d, s/l.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** In: *O trabalho do antropólogo.* Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000. p. 17-35.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** Uma introdução à antropologia social. (p.70-71) Rocco, São Paulo, 2000.

DIAS, Luciana de Oliveira. **Circuitos antropológicos:** Por uma antropologia negra no Brasil. NOVOS DEBATES, 7 (2), 7226, 2021. p. 3-4.

DUBOIS, W. E. B. **Almas da gente negra.** Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

FANON, Frantz Omar. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. **Por que não Guerreiro Ramos?** Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. Multiculturalismo, s/d.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala:** A formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º ed. rev; São Paulo: Global, 2003.

GILROY, Paul. **Atlântico negro:** O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Paul Gilroy; tradução de Cid Knipel Moreira. - São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro Asiáticos, 2001.

HENRIQUES, J. G. **Ser Africano em Cabo Verde é um tabu.** Revista Público, 2015.

HOOKS, bell. **Olhares negros:** raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

KPIVARA, Dimas; A.SE.FRONT. **Quem somos nós.** GOG; Higor Melo (Prod.). Acessado em: <https://open.spotify.com/track/4lFj7pc5hN1ltVdf37wVc2?si=2a0e9b8cbc90411b>. Acesso em: 04/2023.

MAHMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório:** algumas reflexões sobre o revivalismo islâmicos no Egípto. Rev. Etnográfica, VOL X, (1), 2006, pp. 121 - 158.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar:** poéticas do corpo - tela. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MOORE, Carlos. **Negro sou, negro ficarei.** In: CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre a negritude. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3o Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. p. 6.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** Processo de racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Negro revoltado!** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O negro visto por ele mesmo.** Alex Ratts (Org.) São Paulo: Ubu Editora, 2022. p. 86.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Do movimento negro à cultura de consciência negra:** reflexões sobre o antirracismo na sociedade brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura.** Tradução de Marcela Coelho de Sousa e Alexandre Morales. COSACNAIFY: s/d.

WOODSON, Carter G. **A deseducação do negro.** São Paulo: Edipro, 2021.